



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

A História da COFERPOR – Um estudo sobre os conceitos da Economia Solidária

Mónica Sofia Maio Leitão Ramos

Dissertação Submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestrado em Economia
Social e Solidária

Orientador:
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2013

Resumo

O presente trabalho pretende compreender a emergência dos conceitos de Economia Social e de Economia Solidária, assim, como contribuir para o seu aprofundamento a partir da aplicação de um estudo de caso.

Desta forma, a análise resulta de duas componentes. Uma componente teórica que procura aprofundar os conceitos principais, designadamente, Economia Social, Economia Solidária e Desenvolvimento Local.

A componente prática que tem como propósito analisar uma cooperativa de habitação económica, no caso a COFERPOR, verificando, por um lado, em que medida os seus princípios correspondem aos critérios do conceito de Economia Solidária e, por outro, quais os seus principais impactos onde se encontra inserida.

Para isso, recorreu-se a uma análise qualitativa, privilegiado o contato direto com os sócios, órgãos sociais e estrutura técnica e valorizando os documentos oficiais.

Para além disso procura-se realçar também as graves dificuldades que estas cooperativas enfrentam, nomeadamente, na prossecução dos seus objetivos.

De forma a superar as fragilidades deste tipo de entidades, são sugeridos alguns percursos alternativos, como o estabelecimento de redes comerciais, a criação de novas formas de financiamento e a inovação de produtos.

Palavras-chave: Economia Social, Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Estudo de Caso.

Abstract

The aim of this assignment is to understand the emergence of the concepts of Social Economy and Solidarity Economy, as well as to contribute to an in-depth analysis of these concepts from the application of a case study analysis.

Therefore, the analysis comes as a result of two different components. A theoretical component that aims to deepen the main concepts, such as Social Economy, Solidarity Economy and Local Development.

The practical component aims to analyse a low-cost housing cooperative, in this case COFERPOR, verifying, on one hand, in what extent its principles correspond to the Solidarity Economy concept and, on the other hand, what its main impacts are in its particular context.

In order to do that, a qualitative analysis was undertaken, where direct contact with COFERPOR's associates, social and technical bodies was privileged, and where their official documents were valued.

Furthermore, this assignment seeks to emphasise the struggles that these cooperatives are currently facing to achieve their goals.

In order to overcome the frailties common in this kind of entities, some alternative paths are suggested, such as the establishment of commercial networks, the creation of new forms of financing or the innovation of products.

Key-words: Social Economy, Solidarity Economy, Local Development, Case Study Analysis.

Agradecimentos

A realização de uma tese de mestrado, pela sua natureza científica, é um trabalho de investigação individual. Mas, envolve muito mais que uma discente. Por envolver contributos de natureza diversa é de especial importância expressar os meus sinceros agradecimentos.

Ao professor Doutor Rogério Roque Amaro, orientador da tese, que me transmitiu a paixão pelas novas questões económicas, mais justas e igualitárias e que me influenciou na necessidade de aprofundar os conceitos de economia social e de economia solidária. Obrigada pela disponibilidade, pelo exercício de reflexão e pelas valiosas contribuições.

A todas as pessoas simpáticas que tornaram possível a realização desta dissertação, acolhendo-me na vossa “segunda casa” e disponibilizando o vosso tempo, um muito obrigada à COFERPOR, aos seus sócios e colaboradores.

Agradeço também às minhas amigas Raquel Gonçalves e Andreia Fernandes por me ouvirem e apoiarem em todas as questões que me faziam duvidar de tudo isto e por me estimularem intelectual e emocionalmente.

E, porque os últimos são os primeiros, sou muito grata à minha família, em especial ao meu filho pelo carinho e atenção em atraso, à minha irmã gémea por confiar nas minhas capacidades mais que eu própria e ao pai do meu filho por desempenhar uma multiplicidade de papéis anteriormente desempenhados por mim, na perfeição. Acima de tudo, pelo inestimável apoio familiar que preencheu as diversas falhas que fui tendo, por força das circunstâncias e, pela paciência e compreensão reveladas ao longo destes anos.

Índice

	Pág.
Capítulo I – Introdução	1
1.1. Enquadramento da investigação	1
1.2. Metodologia adotada	2
1.3. Objeto de estudo	2
1.4. Obstáculos e limitações.....	2
1.5. Estrutura da dissertação	3
Capítulo II – Enquadramento teórico	4
2.1. A Economia Social	4
2.1.1. Breve definição do conceito de Economia Social	4
2.2. A Economia Solidária	7
2.1.1. A emergência da Economia Solidária	7
2.1.2. O conceito de Economia Solidária à luz do conceito de Economia Social	10
2.1.3. As correntes de pensamento da Economia Solidária	13
2.1.3.1 Quadro teórico das principais correntes da Economia Solidária	14
2.3. Apresentação do conceito de Desenvolvimento	18
2.3.1. A evolução histórica do conceito de Desenvolvimento	19
2.4. O Desenvolvimento Local	22
2.4.1. Apresentação geral do conceito de Desenvolvimento Local	22
2.4.2. Evolução do conceito e Desenvolvimento Local à luz do conceito de Desenvolvimento	23
Capítulo III – Caracterização do estudo de caso	26
3.1. A Cooperativa de Habitação Económica Ferroviários de Portugal, CRL	26
3.1.1. Caracterização da COFERPOR	26
3.1.2. Contextualização territorial da implementação da COFERPOR.....	30
3.1.3. Breve resumo da história da COFERPOR	31
3.1.4. Resultados da atividade da COFERPOR	33
3.2. Passos teórico-metodológicos do estudo	34
3.2.1. Definição do problema de pesquisa	34
3.2.2. Opções metodológicas	34
3.3. Princípios da COFERPOR e a sua relação com o conceito de Economia Solidária	36
3.4. Principais impactos na comunidade local – Uma análise em termos de Desenvolvimento Local.....	41

Capítulo IV – Conclusões	47
Bibliografia	53
Sites consultados	55
Anexos	56

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Categorias profissionais dos fundadores da COFERPOR	26
Gráfico 2 - Habilitações Literárias dos órgãos Sociais da COFERPOR	28
Gráfico 3 - Habilitações Literárias dos Funcionários da COFERPOR.....	28
Gráfico 4 - Situação Face ao Emprego dos órgãos sociais da COFERPOR	29
Gráfico 5 - Nº de Fogos Habitacionais por Fase de Construção	32

Capítulo I - Introdução

A presente investigação realizada no âmbito da tese de mestrado em Economia Social e Solidária aborda a relação entre os conceitos da Economia Solidária e os conceitos pelos quais se rege a Cooperativa COFERPOR e concorre para a estruturação dos conceitos chave da Economia Solidária.

1.1. Enquadramento da investigação

A pertinência do tema evidencia-se, primeiramente, na necessidade de uma reflexão profunda sobre os conceitos da Economia Solidária, tendo como termo comparativo uma cooperativa, a COFERPOR que pelas suas características faz parte do subsector empresarial da Economia Social.

Esta investigação centra-se no sector cooperativo, também designado de terceiro sector, organizações da sociedade civil e organizações não-governamentais. Estas organizações passam por um conjunto de atividades de produção, distribuição de bens e prestação de serviços distintas dos agentes económicos, mais concretamente, os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos, comumente designados de Estado e Mercado.

Pretende-se com esta investigação inferir a relação entre os conceitos da Economia Solidária e os princípios pelos quais se rege a Cooperativa de Habitação Económica Ferroviários de Portugal. Neste sentido, pretende-se verificar se as suas preocupações económicas estão em consonância com os princípios inerentes aquele conceito.

Evidenciar-se-á o contributo que o sector Cooperativo pode ter na solução de problemas sociais e consequentemente, a importância da Economia Solidária como instrumento na luta contra problemas sociais, como a pobreza e exclusão social.

Esta investigação centra-se na cidade do Entroncamento, uma cidade pertencente ao distrito de Santarém, caracterizada pela sua infraestrutura ferroviária e bons acessos rodoviários, que a obrigaram a crescer desordenadamente para dar resposta a uma vasta população. Neste sentido, pretende-se, também, averiguar um possível impacto da cooperativa, na comunidade a que pertence.

1.2. Metodologia adotada

A metodologia adotada nesta investigação é o método intensivo com recurso à análise documental, complementada pela realização de entrevistas semidiretivas, submetidas à análise de conteúdo. Numa primeira fase foi efetuado o levantamento bibliográfico, no sentido de obter uma perspetiva abrangente e multidisciplinar do que se pretende estudar e, por conseguinte, uma análise documental das leituras efetuadas, com recurso a grelhas de leitura de modo a realizar um enquadramento teórico de base, para a continuidade da investigação.

Numa segunda fase foram realizadas entrevistas exploratórias, semidiretivas com o objetivo de inferir, os princípios pelos quais se rege a COFERPOR. Estas entrevistas foram aplicadas a testemunhas privilegiadas, por possuírem conhecimento efetivo da instituição.

Numa terceira fase, a análise das entrevistas, com recurso ao método de análise de conteúdo, no sentido de confirmar ou infirmar as hipóteses formuladas e proceder às conclusões e remodelações.

1.3. Objeto de estudo

O objeto de estudo da investigação é a COFERPOR, Cooperativa de Habitação Económica Ferroviários de Portugal CRL, criada a 13 de Fevereiro de 1976, por ferroviários, com vista a suprir as necessidades de habitação condignas, destes mesmos trabalhadores destacados, em trabalho, para o Entroncamento, trazendo muitas vezes a família.

A COFERPOR está integrada no ramo de habitação e construção e visa a satisfação das necessidades habitacionais dos seus membros e respetivos agregados familiares e, ainda, o fomento da cultura em geral e dos princípios e práticas do cooperativismo.

1.4. Obstáculos e limitações

A primeira limitação prende-se com o facto de, o conceito de Economia Solidária ainda não estar estabilizado e de existir diferentes versões, o que não permite uma opção indiscutível sobre a sua análise. A segunda limitação remete para a ausência de dados estatísticos sobre o impacto da cooperativa na comunidade onde se encontra inserida, que permita efetuar inferências de âmbito mais alargado.

1.5. Estrutura da dissertação

No seguimento do que foi referido, a tese de investigação terá quatro capítulos. O primeiro capítulo de introdução, dedicado ao enquadramento e objetivos da investigação, assim como aos seus obstáculos e limitações.

O segundo capítulo será o enquadramento teórico, onde é explicado a emergência da Economia Solidária, o principal conceito em análise e os modelos teóricos que o integram.

O terceiro capítulo será dedicado à apresentação da cooperativa em estudo, a saber, Cooperativa Económica Ferroviários de Portugal, CRL e aos passos teórico-metodológicos da investigação em causa, assim como à análise empírica do objeto de estudo, através dos dados obtidos pela aplicação das diferentes técnicas de recolha de dados, mais precisamente a análise documental e as entrevistas.

O quarto capítulo e, último, terá por base uma reflexão sobre a investigação realizada, pistas para futuras investigações e sugestões de medidas de aplicação a cooperativas do ramo da habitação.

Capítulo II – Enquadramento teórico

2.1. A Economia Social

2.1.1. Breve definição do conceito de Economia Social

A Economia Social pode ser apresentada como uma *outra economia*¹, na medida em que se apresenta como uma medida alternativa às visões redutoras da economia (Ferreiro, 2010).

A Economia Social remonta ao século XIX, quando a industrialização e o capitalismo provocaram a precarização da classe trabalhadora e a degradação das suas condições de vida, denunciando o fracasso do “bem-estar social”, proporcionado pelo liberalismo económico. Nesta época, as iniciativas caritativas operárias levadas a cabo pelo economista Armand de Melin e outras iniciativas de vertente mais social, de Frédéric Le Play, lançaram as primeiras bases para uma futura Economia Social (Ferreiro, 2010).

Em 1884, alcançou-se o direito à liberdade de associação e, paralelamente, dos sindicatos operários surgem as primeiras ideias para uma sociedade mais igualitária. Ao mesmo tempo, Robert Owen lançou as bases de uma “cooperação comunitária”, que mais tarde levou para os Estados Unidos como um projeto utópico, nomeadamente, uma empresa que rejeita o lucro económico e a propriedade privada dos meios de produção. O sistema foi um fracasso, mas permaneceu a ideia de partilha dos meios de produção.

Já em 1890, em França, Charles Fourier criou uma república cooperativa, baseada na cooperação de consumo, que mais tarde teorizou como Economia Social, defendendo que a sua raiz alternativa superaria o mundo da empresa. Na sua perspetiva solidarista, a repartição dos bens tinha em conta o trabalho, o capital e o talento.

Alguns pensadores da economia liberal também deram um contributo, ao defenderem a liberdade económica acima de tudo e rejeitando as interferências do Estado, podendo-se destacar os autores Walras, pela importância atribuída às associações populares e Mill, pela defesa da superação do assalariado através da associação de trabalhadores. Estes autores estiveram, assim na origem de formas alternativas de produção e consumo, com especial relevo, as cooperativas. No seu conjunto, estes contributos e as ações que deles emergiram possibilitaram a constituição de uma Economia Social, que se foi estabelecendo (Jeantet, 2009).

Atualmente, a emergência do conceito, está associada às diversas crises que o mundo enfrenta e na urgência de respostas que tenham em conta, de forma integrada, as diferentes dimensões da vida.

¹ VD. Cattani, A., J-L. Laville, L.Gaiger e P. Hespanha (orgs.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina/CES, 2009.

Relativamente à sua institucionalização, ocorreu na década de 90, quando se assistiu a um desenvolvimento considerável de publicações, de investigações e ao surgimento de associações nacionais e internacionais, como, a *International Society for Third Sector Research* (ISTR) e o Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa, adiante designada de CIRIEC (Ferreiro, 2010).

De acordo com relatório, *A Economia Social na União Europeia*, é possível avançar uma definição de Economia Social como “conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A economia social também inclui empresas privadas organizações formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não mercado” a agregado familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.” (CIRIEC, 2007:9).

Na perspetiva de Defourny, uma definição breve de Economia Social pode ser apresentada como “atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem a democracia económica associada à utilidade social” Defourny, (2009:156).

No geral, a Economia Social abrange atividades que podem contemplar a venda no mercado, como cooperativas, mutualidades e atividades não mercantis, como associações e fundações, ou outras atividades que forneçam bens e serviços gratuitos, ou a preços simbólicos. Deforny agrupa-as em empresas de tipo cooperativo, sociedades de tipo mutualista e organizações associativas.

As empresas de tipo cooperativo nasceram do projeto dos Pioneiros de Rochedale, em 1844. Esta primeira componente da Economia Social pode associar-se a diferentes tipos de iniciativas, como por exemplo, sindicatos ou uniões de trabalhadores, caixas de poupança, ou outras que não se constituem sob forma de cooperativas, mas têm um objetivo social.

As sociedades de tipo mutualista, que se encontram dispersadas pelo mundo. Institucionalizam-se progressivamente e constituíram-se, em diversos países, como importantes sistemas de seguridade social. Também comportam uma série de organizações, com nomes muito variados que respondem às necessidades das localidades, nomeadamente, em realizar uma previdência coletiva.

As organizações associativas baseiam-se no facto de liberdade de associação ser reconhecida em grande parte dos países, expressando-se sob formas jurídicas muito diversas. Ou seja, fazem parte desta terceira componente todas as outras formas de livre associação de pessoas, com a finalidade de produção de bens e serviços, sem o objetivo principal de lucro.

Segundo Defourny, a juntar a estas formas jurídicas que caracterizam a Economia Social, podemos defini-la, ainda, pelos seus traços em comum, que se podem resumir em quatro traços fundamentais, nomeadamente, “1) *finalidade de prestação de serviços aos membros ou à comunidade, sendo os lucros secundários*; 2) *autonomia de gestão*; 3) *controle democrático pelos membros*; 4) *primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes*” (Defourny, 2009:158).

Como se pode verificar no relatório *A Economia Social na União Europeia* (CIRIEC, 2007), em 2005 existiam na União Europeia cerca de 240 000 cooperativas economicamente ativas, de diversas áreas de atividade, o que se traduz em 3,7 milhões de pessoas empregadas. Acrescentando ao sector cooperativo outras iniciativas da economia social, nomeadamente, associações, fundações e organizações sem fins lucrativos, passam para 11 milhões de pessoas empregadas, o que representa aproximadamente 7% da população ativa da União Europeia. Assim, a Economia Social se justifica como um campo de “utilidade social”, multidimensional, permitindo coesão social, desenvolvimento local e regional, inovação e emprego.

Uma das características destas atividades da Economia Social é a natureza democrática dos processos de decisão. No entanto, as organizações voluntárias, sem fins lucrativos que prestam serviços não mercantis, não obedecendo a critérios de decisão democráticos, também fazem parte do campo da Economia social. Esta heterogeneidade deve-se às especificidades de cada território e ao facto de estas organizações livres e voluntárias, criadas pela sociedade civil, terem como principal objetivo a satisfação de necessidades, em detrimento da remuneração do capital (Ferreiro, 2010).

Todavia, um facto interessante é que algumas destas iniciativas da Economia Social, não se consideram como tal, como por exemplo acontece com as cooperativas no Reino Unido e na Alemanha. Sendo um dos problemas da economia social, a fragmentação do sector e das suas iniciativas, assim com da dependência financeira em relação ao Estado e ao sector empresarial. Ainda, se pode acrescentar a estes problemas, outros de ordem jurídica, como a necessidade de enquadramento legal de novas iniciativas, sempre que se revelar necessário (Ferreiro, 2010).

Jeanet defende um conjunto de princípios estruturantes dos projetos da Economia Social, são eles, a livre iniciativa coletiva, a democracia, a justa repartição dos excedentes, a indivisibilidade total ou parcial dos fundos próprios, a solidariedade, a promoção do individuo e a independência perante o Estado. Destacando o autor, que o maior obstáculo da Economia Social é a banalização destas empresas, impondo-se as regras do mercado em detrimento dos princípios (Jeanet, 2004).

2.2. A Economia Solidária

Nos últimos anos a Economia Solidária tem-se apresentado como uma forma inovadora de geração de trabalho a favor da inclusão social. Compreende uma grande diversidade de práticas económicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, redes de cooperação, etc., que realizam atividades de produção de bens e serviços, trocas, comércio justo e solidário.

2.2.1. A emergência da Economia Solidária

A Economia Solidária é um conceito amplamente utilizado, em vários continentes, com interpretações variadas, em torno de uma ideia comum, a solidariedade em oposição ao individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico dominante das sociedades de mercado. Contém em si a longa história associativa dos trabalhadores que surgiu em meados do século XIX (Laville e Gaiger, 2009b).

Os autores argumentam que o termo Economia Solidária poderá ter surgido por volta do ano de 1990, quando por iniciativa de vários cidadãos emergiram várias atividades económicas baseadas em princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Num contexto de desordem resultante da concorrência e dominação dos senhores-patrões, difundiram-se rapidamente as expressões de Economia Solidária, nomeadamente, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, entre outras. Todas estas atividades, segundo Laville, tinham um aspeto em comum, a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se traduz na socialização dos recursos produtivos e na adoção de critérios igualitários.

Deste modo, a solidariedade difundiu-se rapidamente entre os sectores sociais com maiores necessidades, como os trabalhadores desempregados. A juntar, a solidariedade foi estimulada pelo envolvimento dos cidadãos em questões de interesse comum, dando origem a espaços públicos de proximidade autónomos, contribuindo para definir as bases de um modelo dialógico. Neste contexto, Leroux elabora uma noção de solidariedade *“A natureza não criou nenhum ser para ele próprio (...) ela os criou uns para os outros, e colocou entre eles uma solidariedade recíproca”* (Leroux, citado em França Filho e Laville 2004:42).

No entanto, é de ressaltar que nos países periféricos sempre subsistiram práticas económicas baseadas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas, tomando um carácter social. Na América Latina, através da economia popular, emergiram, como alternativa às injustiças criadas pelo capitalismo, práticas autóctones de ajuda mútua, criando um sentimento comunitário por parte das camadas mais desfavorecidas da população. Desde então, a cooperação permaneceu um elemento fundamental da vida económica de parte da população. Na Europa, a popularidade da Economia Solidária, resultou da importância atribuída ao primado das pessoas e suas coletividades face aos objetivos de acumulação

económica, o que resultou na constituição dos direitos dos cidadãos e, conseqüentemente, no aprofundamento da democracia.

No seu início, a sociedade moderna orientada para a produção de mercadorias parecia ter encontrado as respostas adequadas à nova ordem social, mas não conseguiu cumprir com o idealizado, pelo contrário, a sua difusão aumentou os problemas sociais. Neste contexto de desordem social, ativistas sociais, intelectuais e operários propagaram um mecanismo oposto à lógica do interesse individual, através do vínculo associativo, de forma voluntária e cultivada por meio de atividades económicas. Fundamentado na igualdade associativa, este mecanismo, reforçaria o poder de ação coletiva dos trabalhadores na defesa de mudanças institucionais.

Entre os principais antecedentes dessa época, Laville e Gaiger (2009b), destacam o cooperativismo operário surgido das lutas contra a Revolução Industrial, do qual se destaca Robert Owen, fundador do movimento socialista e do cooperativismo. Considerava o lucro e a concorrência responsáveis por todos os males e injustiças sociais. Criou inúmeras iniciativas de organização de trabalhadores.

Outro antecedente da Economia Solidária são as cooperativas de consumo e de produção, sendo o exemplo mais célebre a Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale de 1844, projeto inspirado nas ideias de Robert Owen, com o objetivo de fornecer produtos a preços justos aos trabalhadores. O projeto nasceu da iniciativa de 28 trabalhadores que se uniram para procurar alternativas de trabalho, criando uma pequena loja cooperativa de consumo, onde cada um contribuiu com 1libra. Em pouco tempo começaram a profissionalizar-se desenvolvendo estratégias como capital social para a emancipação dos trabalhadores. Ao fim de um ano o capital da organização chegou às 180 libras. Os pioneiros de Rochdale viam as cooperativas como uma forma de atingir um bem maior, mais concretamente uma sociedade socialista com base na democracia económica. Esta cooperativa serviu de modelo para muitas cooperativas na Europa e Estados Unidos da América. No fim do século XIX, o cooperativismo tornou-se um grande movimento social (Laville e Gaiger, 2009b).

No entanto, estas primeiras iniciativas do século XIX sofreram uma forte repressão atenuando-se, apenas, enquanto a economia de mercado ganhava legitimidade. Mas, quando a miséria produzida pelo desenvolvimento industrial capitalista tornou inadiável uma reforma social, sob pressão operária, o Estado viu-se obrigado a interferir e a promulgar regras direcionadas para a inclusão dos trabalhadores. Até à segunda metade do século XX, a reconciliação entre a classe trabalhadora e o assalariamento realizou-se através do pleno emprego, que durou cerca de trinta anos (os Trinta Gloriosos) após a II Grande Guerra. O direito à cidadania, promulgado a todos os trabalhadores levou os movimentos sociais a centrar as suas ações nas relações de classe e na luta pelo Estado. Assim, reconciliados com o assalariamento, os trabalhadores perderam o interesse pela autogestão (Laville e Gaiger, 2009b).

No século XX, com raras exceções, o cooperativismo de produção e consumo aliou-se à economia de mercado, convertendo-se numa modalidade de empresa participativa. Desmoralizado, o associativismo acabou por institucionalizar-se com o objetivo de preencher funções sociais complementares. Laville refere, então, que estes factos justificam o longo intervalo entre os antecedentes da Economia Solidária e a sua reintrodução, caracterizada por avanços e recuos (Laville e Gaiger, 2009b).

Mas, a génese da Economia Solidária explica-se, ainda, por outro conjunto mais complexo de ocorrências. Designadamente, os efeitos do desenvolvimento tecnológico pós-fordista trouxe vantagens, como a eliminação do trabalho físico dos operários, mas em contrapartida levou os trabalhadores a um regime de acumulação flexível, conduzindo a situações de maior exploração. Em paralelo, alterações operadas no modo de vida e na eficácia das instituições incentivaram novas formas de atuação, desde 1960. Surgiram as questões do quotidiano, da preservação ambiental, das relações de género, entre outras e uma lenta efervescência associativa.

O ressurgimento do associativismo também esteve ligado a questões políticas como o fracasso da experiência socialista que pôs em causa as formas de intervenção das correntes e organizações. Consequentemente, o facto contribuiu para abrir caminhos a novas experiências sociais. Problemas como a relação entre Economia Solidária e Economia de Mercado deixaram de existir apenas no plano teórico, à medida que forças de esquerda se implementavam, como em França e na América Latina e viram-se compelidas a produzir respostas coerentes com o defendido nos seus programas (Laville e Gaiger, 2009b).

As bases da Economia Solidária repousam ainda em fatores mais específicos como o grau de compatibilidade entre práticas costumeiras de Economia e formatos associativos, o passado de cooperação das categorias sociais envolvidas e a presença de lideranças genuínas que entusiasmaram intelectuais e ativistas que, juntamente com o clima otimista, conduziram à sua rápida difusão (Laville e Gaiger, 2009b).

Laville e Gaiger defendem que estas iniciativas realizam-se por meio de três tipos de recurso, os provenientes da reciprocidade entre os membros para realizar fins do coletivos, os recursos provenientes do Estado para fins de redistribuição e os provenientes do mercado, obtidos por meio da troca. Estes pressupostos conduzem a Economia Solidária a participar numa *economia plural*, formando-se as suas iniciativas em tipos híbridos entre economia públicas e privadas, como são exemplo as empresas sociais (Laville e Gaiger 2009b). Os autores defendem ainda que o agir coletivo na Economia Solidária concretizado na autogestão cria novos indivíduos no mundo do trabalho e nos debates de cidadania, como resposta a anseios de bem-estar. A tendência da Economia Solidária em criar redes de interação participativas proporciona um conteúdo político à inserção local das suas iniciativas. As práticas de autogestão promovem assim sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público. No entanto, a capacidade de produzir

mudança também depende das relações criadas com o poder público. Desta participação na esfera pública, através da participação dos cidadãos, a Economia Solidária encontra a sua justificação, enquanto motor da solidariedade democrática.

No entanto, como os autores Laville e Gaiger explicam, tais iniciativas comportam riscos como a perda do seu espírito associativo e consequente degeneração. Exemplos como de cooperativas de renome não faltam, como a Mondragón, que demonstram que o simples crescimento não chega para manter a autogestão. As alternativas estão no sistema que combatem, ou seja, por não se submeter à lei da acumulação de capital a Economia Solidária pode difundir-se em setores de pouco interesse ao nível de mercado, mas de grande interesse social, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção.

A Economia Solidária é um campo muito mais vasto do que aparenta e torna-se imprescindível delinear os seus contornos. Participa em vários países com aceções variadas, convergindo para uma perspetiva altermundialista, como se nota nas edições do Fórum Social Mundial. Nos últimos anos têm-se apresentado como uma forma inovadora de construção de alternativas para problemas sociais. Deste modo, Laville e Gaiger (2009b), defendem que hoje é essencial uma economia em que o social não seja uma preocupação secundária, mas antes uma economia que estimule a reciprocidade e, consequentemente, estimule a equidade e justiça social.

2.2.2. O conceito de Economia Solidária à luz do conceito de Economia Social

Para compreender a emergência do conceito de Economia Solidária e as referências conceptuais das várias correntes é essencial perceber o conceito de Economia Social e definir as suas semelhanças e as suas diferenças.

A Economia Social, de base europeia, teve origem no século XIX, emergindo como resposta aos problemas sociais e aos desafios políticos provocados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Autores como Charles Fourier e Robert Owen estiveram na origem e inspiração de novas forma de produção e consumo, com especial ênfase para as formas cooperativas. As cooperativas e associações passaram, assim, a desempenhar um papel de relevo nas iniciativas de produção e consumo, em detrimento do interesse individual e da concorrência (Ferreiro, 2010).

No contexto atual, a Economia Social explica-se pelas diversas crises que o Mundo enfrenta e na procura de respostas que conciliem, de forma integrada, as diversas formas de vida.

A Economia Social compreende uma grande diversidade de atores e o seu campo de ação estende-se a todas as necessidades sociais. A sua heterogeneidade deve-se, em parte, a especificidades nacionais. No entanto, é possível verificar um traço em comum, nomeadamente, organizações livres e voluntárias criadas pela sociedade civil, com o objetivo de satisfação de necessidades de pessoas e não a remuneração do capital (CIRIEC, 2007).

Na perspectiva de Defourny a Economia Social pode definir-se, por um lado, a partir das principais formas jurídicas e institucionais da maioria das suas iniciativas, designadamente, empresas de tipo cooperativo, as sociedades de tipo mutualista, as organizações associativas e as fundações e, por outro lado, pelas suas características em comum, designadamente, livre iniciativa, gestão democrática, primazia das pessoas e do objeto social, sendo os lucros secundários (Defourny, 2009).

No que respeita ao conceito de Economia Solidária pode dizer-se que *“Não existe um consenso sobre a definição de Economia Solidária, mas antes vários autores com visões diferentes. Alguns assumem a palavra solidariedade por oposição ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico dominante nas sociedades capitalistas.”* (citado em Borges, 2009:23).

No que concerne aos movimentos da Economia Solidária têm diferentes designações como Inserção Económica e Centros de Adaptação à Vida Ativa, como acontece na França, na Bélgica fala-se de Empresas de Formação para o Trabalho, Ações Integradas de Desenvolvimento. Na Grã-Bretanha denominadas de Empresas Comunitárias.

O conceito de Economia Solidária identifica, assim, uma série de experiências organizacionais que inscrevem novas formas de solidariedade, constituindo-se como importantes ferramentas na luta contra a pobreza e exclusão social. Este conceito contém em si a problematização de novas formas organizativas, a partir de um quadro de referência onde exista a reflexão entre democracia e economia, que se inspira nos trabalhos de Karl Polanyi e de F. Braudel. Na sua obra de referência, *A Grande Transformação*, Polanyi refere que até ao século XVIII, em todas as sociedades o sistema económico estava imerso no sistema social, não sendo nenhuma controlada pelo mercado, apesar de desempenharem o seu papel. A grande transformação nas economias ocidentais está na reimplantação da economia no social, através da produção e da circulação de riquezas efetuada pelo Estado-Providência (Lisboa, 2000).

Todavia, no meio da diversidade das suas práticas e representações teóricas, segundo Cunha e Santos, é possível identificar características comuns que se referem a relações baseadas na solidariedade e na democracia em duas dimensões, uma económica, assente na socialização da riqueza e dos resultados da atividade económica e uma dimensão política, baseada na gestão comum da atividade económica (Cunha e Santos, 2011).

A Economia Solidária, ao contrário da Economia Capitalista centrada no capital acumulado com o objetivo do lucro individual, organiza-se segundo o interesse do bem comum através da reciprocidade e adaptando formas comunitárias de propriedade. Em comparação com o movimento histórico da Economia Social, as novas realidades da Economia Solidária têm diferenças significativas, nomeadamente:

- Mantém o primado do interesse geral e comum sobre o interesse individual e da pessoa sobre o capital;
- Recuperam e reforçam o princípio da solidariedade democrática, ligando-o aos novos desafios da cidadania participativa;
- Acentuam a autonomia face ao Estado;
- Expressam claramente, um projeto económico assente numa perspetiva de economia plural conjugando três princípios, reciprocidade, mercado e redistribuição;
- Traduzem uma preocupação de rigor e eficiência na sua gestão;
- Acrescentam-lhe novas preocupações, nomeadamente, sociais, culturais, ambientais, territoriais e científicas, estas últimas muitas vezes não consideradas na Economia Social, nem em todas as conceções de Economia Solidária, como se clarificará mais adiante.

Nestes sentido, pode-se afirmar que a Economia Solidária não é apenas uma continuação da Economia Social, mas uma realidade diferente, com novas práticas e teorizações. (Amaro, 2009).

Em suma, apesar de os termos Economia Social e Economia Solidária emergirem de problemas sociais como a pobreza e exclusão social, remetem para realidades diferentes, nomeadamente novas práticas, com princípios distintos. A grande diferença está no facto de a Economia Solidária implicar uma afirmação mais forte da dimensão política na sua ação o que acontecia na Economia Social, na sua origem, mas que depois se foi perdendo.

Laville define-as, essa dimensão como a que resulta de experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades económicas para fins sociais e a afirmação de princípios de cidadania, o que para o autor implica um processo de democratização da economia através da participação dos cidadãos (Laville,2009b).

O termo Economia Social remete, para uma grande diversidade de situações. Por um lado, engloba organizações que têm uma forma de regulação que inclui a troca mercantil, aproximando-se mais da esfera do mercado. Essas organizações têm como função a produção de bens e serviços, visando responder às necessidades dos membros, tais como as cooperativas e as mútuas. Por outro lado, integra organizações como é o caso de associações e fundações que dependem mais de financiamentos públicos. A acrescentar, estas organizações da Economia Social não excluem atividades com o objetivo do lucro, ao contrário da Economia Solidária em que o primeiro objetivo é a solidariedade (Laville, 2004).

A Economia Solidária tem subjacente uma outra economia, onde todos os seres têm as suas funções e direitos. Têm em si uma nova forma gestão coletiva e solidária, sem barreiras. Desta forma, cria uma nova forma de produção de base associativista, voltada para um modo de

produção autogerida, sem destruir o ecossistema. Assenta assim em princípios ecológicos e solidários. O conceito de Economia Solidária encontra-se ligado a princípios ligados a outras práticas, como são exemplo, o comércio justo e serviços de proximidade. As organizações da Economia Solidária são criadas a partir de uma mobilização da sociedade civil e não possuem fins lucrativos, predominando formas de regulação baseadas na reciprocidade (Amaro, 2004).

2.2.3. As correntes de pensamento da Economia Solidária

O Conceito de Economia Solidária abrange uma série de experiências organizacionais em torno da ideia de solidariedade. No geral, é possível definir a Economia Solidária como *“as atividades económicas que se caracterizam pela procura nuclear de práticas de solidariedade, no seu sentido mais abrangente, isto é, em que a lógica da cooperação se sobrepõem à de competição e à procura de lucro”* (Amaro, 2009:8). Partindo desta ideia, existem várias formulações do conceito. De forma resumida, apresenta-se as principais correntes de pensamento da Economia Solidária, presentes em vários continentes, com aceções variadas.

A Corrente Europeia, de base francófona, a qual também inclui experiências e contributos de países como, Suécia, Itália, Inglaterra, França, Finlândia, Portugal, Espanha, Irlanda, Alemanha, Áustria, Dinamarca, Bélgica, Grécia, Luxemburgo, Irlanda e, ainda, o Quebeque (Canadá). Nesta corrente, predomina a ideia de economia solidária como promoção da solidariedade social e democratização da economia.

A Corrente Ibero-americana, da qual fazem parte países como o Brasil, Equador, Venezuela, Colômbia, Argentina, Uruguai, Chile e México. Nesta linha de pensamento, valoriza-se a solidariedade entre os mais desfavorecidos, através de processos informais de entreatuda e apoio comunitário.

A Corrente da Macaronésia, que se encontra em afirmação, é constituída por três regiões Autónomas, Açores, Canárias e Madeira e um país, Cabo Verde. Nesta corrente o conceito de Economia Solidária é entendido de forma mais ampla e abrangente, apresentando-se como uma ferramenta na luta contra a pobreza e exclusão social.

2.2.3.1. Quadro teórico das principais correntes da Economia Solidária

A corrente europeia, de base **Francófona**, é a versão mais conhecida e divulgada, uma vez que tem sido bastante explorada por autores franceses, oriundos da Bélgica como por exemplo, Jaques Defourny, da França como Bernard Ême, Jean-Louis Laville e da Espanha como Jordi Estivill, entre outros autores, que cruzam perspectivas e, por vezes, utilizam outras expressões para se referirem à Economia Solidária, como é o caso do autor Jordi Estivill. A Economia Solidária é assim definida por *“conjunto de atividades económicas sujeitas à vontade de uma ação democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material, contribuindo assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento da cidadania”* (Amaro, 2009:10).

Desta definição ressaltam duas dimensões, a dimensão económica e a dimensão política. A dimensão económica destas iniciativas resulta da reciprocidade e do envolvimento mutualista dos seus atores, sendo valorizada pela hibridação de três tipos de recursos económicos, nomeadamente, os provenientes da sociedade civil, como é exemplo o voluntariado; os provenientes do mercado, por meio de relações de troca e os provenientes do Estado, através do princípio económico de redistribuição. A dimensão política, que caracteriza esta visão e, a distingue das demais, traduz-se na adoção de um projeto político nas atividades económicas para a realização de objetivos sociais e, ao mesmo tempo, para a afirmação de objetivos de cidadania, apoiando o alargamento da democracia social e das formas de regulação do sistema político (Amaro, 2009). *“Hoje como ontem, o projeto de uma economia solidária só é perceptível através dessa dupla inscrição na esfera política e na esfera económica”* (França Filho e Laville 2004:92).

Jean-Louis Laville refere que a visão europeia do conceito de Economia Solidária distancia-se das demais pela atenção dada à relação entre as dimensões sociopolíticas e socioeconómicas, pela ênfase dinâmica e histórica e se encontra relacionada com organizações da economia social, não se restringindo às organizações sem fins lucrativos, mas também envolvendo cooperativas e mutualidades. Para o autor, a noção de Economia Solidária traduz-se num aumento de práticas socioeconómicas na Europa, de base local, de um novo tipo, comumente designadas de “serviços de proximidade” (Laville, 2004).

Segundo Laville as iniciativas locais são portadoras de um novo modo de funcionamento e finalidade. Explica que nestas iniciativas *“a partir do momento em que as atividades são concretizadas como meios ao serviço de objetivos que se devem à solidariedade democrática, a produção de bens e serviços obedece a uma outra lógica: não é decidida em função das perspectivas de lucro, mas sim a partir do seu carácter adequado a um bem comum”* (Laville, 2009a:41).

Laville e França Filho desenvolvem que a Economia Solidária ressurgiu como resposta à crise do paradigma Fordista e do bem-estar social, sendo constituída por um híbrido de atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e

atividades financiadas por subsídios do Estado. A Economia Solidária constitui, assim, uma tentativa de articular economia mercantil, não mercantil, e não monetária numa conjuntura adequada sem esquecer o papel dos serviços pela terciarização dos serviços económicos.

Também para Jordi Estivill (2003), outro autor desta corrente, é no terceiro setor que se pode combater a exclusão social, através da instrumentalização da Economia Social, concretamente nas empresas sociais com um papel importante na Europa Ocidental. Para Estivill estas organizações têm duas características essenciais, a promoção da solidariedade entre diferentes atores pela prática da autogestão e a prática da solidariedade com os trabalhadores em geral e, em particular, com os mais desfavorecidos.

Defende assim, que a Economia Solidária concorre para a democratização da Economia através do envolvimento dos cidadãos, uma vez que parte do princípio que toda a economia é social e a sociedade pode ser regulada pela sustentação dos modos de vida dos indivíduos distintos do mercado e do Estado.

Laville e Eme, 1996, explicam que a proliferação de várias iniciativas e práticas socioeconómicas na Europa, através da forma associativa surgem como resposta a problemas sociais específicos. A expressão Economia Solidária surge, assim, primeiramente através de dois marcos históricos diferentes, a iniciativa e a solidariedade no centro das atividades económicas, num segundo momento através desta intensa multiplicação de experiência em torno da questão da inserção pelo económico, ou seja, como resposta a problemas emergentes do desemprego e da crise do Estado-Providência.

A segunda corrente, a **corrente Ibero-americana**, foi formulada por vários autores da América Ibérica. Encontra-se ligada a práticas culturais, sociais e políticas, enraizadas nas lutas desses povos pela sua sobrevivência e emancipação. Desta versão distinguem-se autores como António Cattani, Armando Lisboa, Genauto França Filho e Paul Singer, de quem se pode apresentar a seguinte definição de Economia Solidária: “*A prática de uma solidariedade com os trabalhadores em geral, em particular com os mais desfavorecidos*” (Amaro, 2009:11).

Amaro explica que o princípio de autogestão indica que deve existir igualdade de direitos entre todos os membros das organizações de Economia Solidária, devendo os direitos de propriedade ser repartidos entre todos de forma igualitária. No que concerne ao princípio de solidariedade, indica que os promotores da Economia Solidária têm a seu cargo a responsabilidade de agrupar em cooperativas pessoas em situação de risco de pobreza ou exclusão social. Esta ideia surgiu do facto de a Economia Solidária ressurgir no final do século XX quando o capitalismo levou ao aumento do desemprego de longa duração e à precariedade das condições de vida.

Para reforçar a teoria, Singer desenvolve o conceito de Economia Solidária como uma forma organizativa de atividades económicas, controladas de forma democrática em oposição ao modo de produção capitalista. Apesar do capitalismo ser o modo de produção dominante não engloba

todas as economias contemporâneas como a economia pública, a economia doméstica ou a economia solidária.

Singer (2002) refere que a base da Economia Solidária são atividades económicas em que os trabalhadores são ao mesmo tempo proprietários dos empreendimentos onde trabalham. Defende uma nova postura solidária da economia em detrimento da competitividade, exigindo a todos os intervenientes um comportamento de cooperação em detrimento da competição. Vê, ainda, a Economia Solidária como uma forma de combate à exclusão social e pobreza, parafraseando o autor "*Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente.*" (Singer, 2002).

Genauto Filho (2002), investigador que se destaca nesta corrente, sustenta que a Economia Solidária é uma economia com mercado, concertando recursos provenientes da articulação entre o Estado, Mercado e Sociedade Civil e caracterizada por uma construção conjunta da oferta e da procura, tendo assim, uma forma de funcionamento diferente da lógica do mercado. No caso da Economia Solidária a oferta ou os serviços prestados através das suas iniciativas vinculam-se exclusivamente às necessidades reais de uma determinada localidade. Consequentemente, o motor da geração destas atividades é o desejo de satisfazer as necessidades dos grupos locais.

As práticas da Economia Solidária são muitas nos vários países ibero-americanos, sendo difícil delimitar uma definição. No entanto, é possível traçar os processos com os quais se cruzam, designadamente: os movimentos de resistência dos trabalhadores e das suas organizações sindicais; as práticas persistentes das atividades económicas de sobrevivência dos mais pobres, segundo uma lógica de entreatajuda de base comunitária; os novos movimentos sociais como os que decorrem do comércio justo e dos sistemas locais de troca; as práticas persistentes e inovadoras das atividades económicas de sobrevivência, como é o caso das iniciativas de entreatajuda de base comunitária e popular; a influência doutrinária de várias igrejas, destacando-se a Igreja Católica na inspiração e justificação comunitária e solidária das atividades económicas de sobrevivência dos grupos mais desfavorecidos (Amaro, 2009). Este conjunto de influências torna esta corrente de Economia Solidária muito variada e rica.

Por último, a corrente mais recente, é a da **Macaronésia**, que surgiu a partir das experiências desenvolvidas desde o início dos anos 90, nas Regiões Autónomas dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo de Verde. Através desta versão pode-se definir Economia Solidária como "*A economia que reencontra a vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas*

económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz” (Amaro, 2009:15).

O autor propõe que a Economia Solidária assenta em oito projetos fundamentais (AMARO,2009):

- 1) Projeto económico assente na produção de bens e serviços, na criação de emprego, na distribuição de rendimentos, na satisfação de necessidades de consumo, entre outros, que se articulam através de três princípios económicos, Estado, Mercado e Sociedade Civil;
- 2) Projeto social, que tem como principal objetivo a coesão social da sociedade, através da criação de emprego e da igualdade de oportunidades para todos, contribuindo, ainda, para lutar contra a exclusão;
- 3) Projeto cultural, de forma a valorizar, através da economia, os valores e identidades locais;
- 4) Projeto ambiental, procurando conjugar a economia com a ecologia, por meio da promoção dos valores ecológicos;
- 5) Projeto territorial, inserindo na comunidade um sentimento de pertença e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento local;
- 6) Projeto de gestão, que implica aplicar às atividades de Economia Solidária uma preocupação de gestão rigorosa e eficiente;
- 7) Projeto de conhecimento, de modo a fazer das experiências da Economia Solidária uma aprendizagem permanente, valorizando o que se faz;
- 8) Projeto político, com duplo sentido, primeiro interno, uma vez que as suas organizações se regem pelo princípio de gestão democrática, de natureza coletiva e solidária e, segundo externo, na medida em que estas organizações optam por participar no espaço público e por uma posição de corresponsabilização (juntamente com o Estado e com as empresas) em relação a problemas da sociedade.

Em jeito de conclusão, como se pode constatar, a Economia Solidária é um conceito bastante amplo, utilizado em vários continentes com aceções variadas. Encontra-se ligada a uma grande diversidade de atividades como, empresas de inserção social, criação de emprego, movimento histórico da Economia Social, entre outras. O grande desafio destas organizações, segundo Filho (2003), está na forma de preservação do seu funcionamento democrático e na forma de preservação da sua autonomia.

2.3. Apresentação do conceito de Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento remonta ao capitalismo, mais concretamente, nas suas ideias de progresso material e desenvolvimento económico, sendo por isso erroneamente associado como sinónimo de “bem-estar e progresso” e, por isso, durante algum tempo desejado por todo o mundo.

A nível teórico, o conceito tem sofrido várias reformulações, consequência das profundas alterações das sociedades. Objeto de estudo, de vários autores é um conceito sujeito a várias interpretações e confusões. Enquanto conceito científico assumido remonta à Segunda Guerra Mundial, baseado no paradigma funcionalista, apesar de ter origem no início das sociedades industriais, no qual ganhou relevo principalmente nas sociedades europeias, por meio das revoluções que suscitaram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa (Amaro, 2003).

O paradigma funcionalista baseou-se nas teorias neoclássicas que consideravam que o “subdesenvolvimento” seria apenas uma etapa, pela qual outros países considerados “desenvolvidos” teriam passado e as suas experiências consideradas modelos de desenvolvimento a adotar por estes países “subdesenvolvidos”, sem que se tivesse em conta as características de cada país. Revelou-se, assim, ineficaz, uma vez que, para além de não se atingir os níveis de desenvolvimento pretendidos, ainda aumentou o fosso das desigualdades.

No fim dos anos 50 e 60 começam a surgir as primeiras críticas a este paradigma e, na década de 70, surgiu o paradigma territorialista, que defende que os processos de desenvolvimento deverão ser preconizados através de uma lógica de “*bottom-up*” tendo em conta as especificidades dos locais e a participação da população. Assim, o desenvolvimento implica que “*o desenvolvimento se alcança através da mobilização integrada de recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respetivas populações*” (Henriques, 1990:51).

Paralelamente ao paradigma territorialista surgem novos conceitos de desenvolvimento, designadamente, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Participativo e Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Integrado.

Em Portugal, o conceito e as suas primeiras expressões, em termos de iniciativas de desenvolvimento de base local surgiram nos anos 60, através do conceito de Desenvolvimento Comunitário, introduzido por Manuel Silva (Albino, 2004).

2.3.1 A evolução histórica do conceito de Desenvolvimento

A noção de desenvolvimento surgiu na Europa, em finais do século XVIII associada à ciência económica ligada à Revolução Industrial e à Revolução Francesa. Nesta altura, é de especial importância o contributo de Adam Smith, um dos primeiros economistas a inquietar-se com a “natureza e a causa da riqueza das nações”, referenciada na sua obra. Após o seu contributo vários autores procuraram perceber as causas do progresso das novas sociedades saídas da Revolução Industrial, tais como Thomas Malthus, John Stuart Mill e Karl Marx (Amaro, 2003).

No entanto, cientificamente o conceito de Desenvolvimento só se afirmou após a II Guerra Mundial, devido a uma multiplicidade de fatores. Em primeiro lugar, devido ao processo de independência da maioria das antigas colónias europeias, após II Guerra Mundial, consequência das novas ideias democráticas, dos interesses dos Estados Unidos em aceder aos novos países e da influência ideológica da União Soviética. O objetivo destes países era atingir a prosperidade e riqueza. Neste sentido, a primeira fase de construção do conceito de Desenvolvimento visava a evolução desses países, o que originou a associação do conceito aos problemas dos países “subdesenvolvidos” (Amaro, 2003).

Um segundo fator prende-se com a aposta na reconstrução Europeia, que levou os países a retomarem os seus caminhos de progresso e riqueza.

Um outro fator consistiu no confronto este-oeste (guerra fria), que implicou a existência de uma base de acumulação produtiva que justificasse a corrida ao armamento, inovação tecnológica e apresentasse resultados de progresso.

O quarto fator é a afirmação do Keynesianismo, como novo paradigma da ciência económica, baseado no princípio da regulação através da intervenção do Estado na economia e na realização do progresso e aumento do bem-estar das sociedades.

O último fator são as novas afirmações idealistas, saídas da II guerra Mundial, em benefício da paz entre os povos, que resultou em inúmeras referências e compromissos da O.N.U., declarações como a afirmação do Presidente Roosevelt (1941) “As Quatro Liberdades”, “A Carta Atlântica” assinada por Churchill e Roosevelt (1941) e, ainda, o “Ponto Quatro” da declaração do Presidente Truman, que originou o primeiro programa dos EUA de ajuda ao desenvolvimento (Amaro, 2003).

Nesta primeira fase, o conceito é sustentado pelo paradigma da modernidade, influenciado pelas teorias evolucionistas, das quais se destacam os autores Charles Darwin e Auguste Comte e, pelas teorias funcionalistas, da qual se destaca o autor Talcott Parsons. Este paradigma estabeleceu-se tendo em conta onze características, nomeadamente, o economicismo, o produtivismo, o consumismo, o quantitativismo, o industrialismo, o tecnologismo, o racionalismo, o urbanicismo, o antropocentrismo, o etnocentrismo e o uniformismo (Amaro, 2003). Estas

características marcaram o conceito e traduziram-se em propostas de desenvolvimento para os novos países (Amaro, 2003).

Nesta altura, o conceito também se baseou no paradigma funcionalista. O paradigma funcionalista baseia-se no pensamento neoclássico, sustentado nas teorias evolucionistas e teorias funcionalistas. Parte do princípio que desenvolvimento e crescimento são sinónimos. A teoria funcionalista defende o desenvolvimento urbano, a utilização de novas tecnologias e os grandes projetos de investimento à escala global.

O desenvolvimento, de acordo com esta conceção, é tido como um sistema produtivo de acumulação de capital e de progresso económico, com o objetivo do lucro, sendo os problemas resolvidos através da acumulação material e o comportamento humano direcionado para o individualismo e competência. O problema do desenvolvimento é medido através do PNB, sendo os países “desenvolvidos” modelos a adotar pelos países “subdesenvolvidos”, vistos como um atraso de desenvolvimento, os campos e os meios rurais desvalorizados em comparação com as cidades que caminhavam para o progresso. Desta forma, os objetivos e estratégias de desenvolvimento encaminham-se para a maximização do crescimento económico.

Atualmente pode-se dizer que os processos de mudança e desenvolvimento ocorridos entre a década de 40 e princípios da década de 70 foram contraditórias. Ao nível dos progressos é possível sinalizar o aumento exponencial da produção de bens e serviços; o aumento exponencial do nível de produtividade; a melhoria significativa dos níveis de alfabetização; a melhoria significativa dos cuidados de saúde; os avanços consideráveis na ciência; e as novas oportunidades de eficiência produtiva e de conforto na vida em geral, consequência das inovações tecnológicas ocorridas. (Amaro, 2003).

Em contrapartida, a par desta evolução, é notória a concentração dos progressos em 1/3 da população mundial, a persistência da carência de bens essenciais em países de Terceiro Mundo, o surgimento de novos constrangimentos sociais ligados à solidão, desestruturação dos laços familiares, o individualismo e competitividade agressiva. Ainda, a constatação de que o crescimento esteve ligado à degradação ambiental, surgimento de novas doenças públicas, desumanização do trabalho, surgimento de intolerâncias religiosas e culturas radicais.

A verdade é que os trinta gloriosos resultaram em muitos constrangimentos, em todos os países. No entanto, a visão economicista do desenvolvimento já vinha a ser contestada desde os anos 50. É de salientar a contribuição de alguns técnicos das Nações Unidas na reformulação do conceito. Ao se depararem com a inadequação dos modelos, aquando das suas deslocações de apoio a projetos de desenvolvimento nos países de 3º Mundo propuseram, em alternativa, uma metodologia pragmática de Desenvolvimento Comunitário. (Amaro, 2003).

Nos anos 60/70 ocorreu uma viragem fundamental nas abordagens e práticas do Desenvolvimento, traduzindo-se nos 30 anos seguintes na procura de novas conceptualizações. Para isso contribuíram cinco fatores.

Primeiro a frustração dos países subdesenvolvidos relativamente às nas novas ideias de desenvolvimento propostas ou impostas.

Segundo, o surgimento de um “mal-estar social” nos países desenvolvidos, como a revolta Estudantil de Maio de 1968, em França, ou Maio de 1969, em Itália, com a contestação Hippie. A juntar, outros problemas crescentes como a solidão dos idosos, a quebra dos laços familiares, o *stress* e doenças associadas ao mesmo. É neste quadro que emergem novas formas de pobreza e surge a exclusão social.

Terceiro, a emergência de uma consciência ambiental sobre os problemas do desenvolvimento, com relevo para a Conferência de Estocolmo em 1972 pelas Nações Unidas e na publicação do Estudo do Clube de Roma, intitulado “*Limits to Growth*” alertando para os custos ambientais do Desenvolvimento.

Quatro, a persistente crise económica que se instalou nos últimos trinta anos, pondo em causa a crença no crescimento económico para o desenvolvimento dos países.

Quinto e último fator, a difusão nos países socialistas de indícios de crises económicas, sociais, políticas e ambientais (Amaro, 2003:14).

Este conjunto de fatores explica a emergência de novos conceitos de Desenvolvimento nos últimos trinta anos, que resultaram em inúmeras propostas e conteúdos próximos ao conceito de Desenvolvimento. Segundo Amaro, emergiram seis novos conceitos, designadamente, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado. Estes conceitos, conforme sugere o autor, podem ser reagrupados em três grupos, a saber, a fileira ambiental (Desenvolvimento Sustentável), a fileira das pessoas e das comunidades (Desenvolvimento Comunitário, Desenvolvimento Participativo e Desenvolvimento Local), a fileira dos direitos Humanos (Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social) e o conceito de desenvolvimento integrado considerado transversal.

Estes conceitos traduziram-se numa mais-valia para o conceito de Desenvolvimento, nomeadamente, uma visão multidisciplinar, a ênfase na capacidade das pessoas, a inclusão para a cidadania, um novo olhar para a Natureza, uma visão multiterritorialista, a sua associação a múltiplos protagonistas e diversidade de caminhos.

2.4. O Desenvolvimento Local

2.4.1. Apresentação geral do conceito de Desenvolvimento Local

A nível temporal, o termo de Desenvolvimento Local surgiu, efetivamente, na Europa após a Segunda Guerra Mundial, mas só com nos anos 80, com o Desenvolvimento Comunitário, aliado ao paradigma territorialista e por meio de respostas da sociedade civil, começou a ganhar importância. Teve uma grande aceitação na União Europeia, sobretudo na sequência dos Conselhos Europeus de Corfu (1993), Essen (1994) e Dublin (1996).

O conceito de Desenvolvimento Local é difícil de definir, uma vez que se encontra alicerçado nos pressupostos do paradigma territorialista e em várias experiências realizadas em todo mundo. Efetivamente existem inúmeros autores a definir o conceito como Vachon, Greffe, Amaro, entre outros, não existindo uma definição única.

Greffe define Desenvolvimento Local como *“um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas sinergias. Será produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projeto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade ativa”* (Greffe, 1985, citado em Henriques, 1990:29).

Segundo Amaro, o conceito define-se por *“um processo centrado numa ideia de desenvolvimento que é, em ultima instância, o aumento global do bem-estar das pessoas e através da sua participação e exercício de uma cidadania ativa, a qual só se pode fazer a partir de onde, para cada comunidade as coisas acontecem”* (Amaro, 2000:156). Pressupõem, desta forma que o processo de desenvolvimento deve partir de cada comunidade de forma autónoma, respeitando as suas características e capacidades próprias.

Em Portugal, a Declaração de Amarante define Desenvolvimento Local como *“um processo plural que integra as componentes, económica, social, cultural, ambiental e política. Mas essa pluralidade só poderá materializar-se através de uma atuação ao nível de cada território, onde vivem atores e destinatários do desenvolvimento, estimulando as suas capacidades criadoras e empreendedores”* (Esdime, 2000:234). Salienta desta forma, a importância na reanimação das capacidades locais no processo de desenvolvimento.

O Desenvolvimento Local pressupõe a cooperação entre todos os atores envolvidos num determinado território, sendo fundamental que todos participem com vista à melhoria das condições de vida da comunidade. Cada espaço social deve ter em conta os seus recursos e respeitar as suas especificidades e necessidades. Neste sentido, este processo de desenvolvimento tem em conta tantos modelos, quantos a diversidade de espaços e percursos socioculturais existentes. Assim, o Desenvolvimento Local é marcado pela cultura do meio onde se encontra inserido.

2.4.2. Evolução do conceito de Desenvolvimento Local à luz do conceito de Desenvolvimento

O conceito de Desenvolvimento Local deriva de uma reformulação do conceito de Desenvolvimento e de uma multiplicidade de iniciativas, de base local, como resposta aos problemas colocados pelas crises económicas, ambientais, políticas e tecnológicas. Para a afirmação do conceito de Desenvolvimento Local muito contribuíram os trabalhos de autores como John Friedmann, Clyde Weaver, entre outros.

A base histórica do Desenvolvimento Local encontra-se em finais dos anos 50, altura em que o conceito de Desenvolvimento se afirmou e aplicou nos processos de ajuda aos novos países independentes (ex-colónias).

Pressupunha-se que estes países considerados “subdesenvolvidos” tinham muito que aprender com os países considerados “desenvolvidos”. Neste sentido, a ajuda no processo de desenvolvimento envolvia a adoção por estes países, dos moldes de desenvolvimento baseados no crescimento económico e na industrialização, em detrimento dos seus sistemas tradicionais, visto como um obstáculo ao progresso. A esta perspectiva de desenvolvimento proclamada por Arthur Lewis, entre outros, designa-se de paradigma da modernização. Esta influência juntou-se o peso ideológico do capitalismo e do socialismo que condicionaram significativamente aqueles processos de “ajuda” que se traduziram mais no alinhamento ideológico, do que em real desenvolvimento.

A par desta situação, no terreno, muitos técnicos de organismos internacionais das organizações não-governamentais, constatavam que os modelos de que eram portadores, levantavam uma série de problemas. Esses problemas relacionavam-se com o facto de desvalorizar as reais necessidades sentidas pelas comunidades locais, assim como os seus recursos e capacidades e desvalorizar os seus valores e ideologias, considerando-os “subdesenvolvidos”, estimulando a dependência em relação ao exterior e, conseqüentemente, criando novos problemas, até aí desconhecidos.

Neste contexto muitos destes técnicos propuseram e colocaram em prática um método pragmático de promover o desenvolvimento, assente em três ideias fundamentais, designadamente, o diagnóstico das necessidades deve-se efetuar com a participação da população; a resposta a essas necessidades deve partir da mobilização das capacidades da própria comunidade; os problemas e as soluções devem ser tratados de forma integrada (Amaro, 2004).

A este método alternativo deu-se o nome, na altura, de “Desenvolvimento Comunitário”. Todavia, passou despercebido, devido ao facto de ser num método mais prático que teórico, mas lançou as primeiras bases para o conceito de Desenvolvimento Local. Os problemas emergentes no fim da

década de 70 levaram à atualização dos processos e iniciativas de base local, como resposta aos problemas provocados pelo mercado e respostas insuficientes do Estado-Providência.

O Desenvolvimento Local também encontra suporte na reformulação teórica dos paradigmas de Desenvolvimento Regional. Em fins dos anos de 1970, devido às crises económicas e sociais, vários autores colocaram em causa o paradigma dominante funcionalista (assente no princípio das funções centrais a desempenhar por cada centro urbano no espaço envolvente e inspirada na lógica funcionalista dos processos de desenvolvimento) ou “*Top-Down*”.

Na perspetiva destes autores, tendencialmente o resultado é o inverso. Como contrapartida sugeriram que o desenvolvimento surgisse de “baixo”, ou seja, de cada território atribuindo a cada comunidade local o papel principal e a iniciativa dos seus processos de desenvolvimento, por meio das suas capacidades, invertendo as dinâmicas e as lógicas consideradas até então. Assim, o ponto fundamental deste paradigma reside no protagonismo de cada território, tendo sido designado de paradigma “territorialista”. Na maior parte dos casos, os autores optaram por uma via menos extremista e enveredaram para uma posição “neoterritorialista”, conjugando as perspetivas e as forças “de fora” e “de dentro”, embora dando ênfase a estas últimas. Este novo paradigma propõem uma nova conceptualização do Desenvolvimento Local, à semelhança do aconteceu no método do Desenvolvimento Comunitário, nos anos 50.

A juntar a estes contributos, foi de particular relevância a proposta do Programa Iniciativas Locais de Emprego da OCDE, no ano de 1980, mais concretamente, na definição de políticas europeias de combate ao desemprego, pobreza e exclusão social, para além de outras referências em relatórios e encontros promovidos por organismos internacionais como PNUD e OIT (Amaro, 2009).

Segundo Roque Amaro, tendo em conta estas contribuições é possível avançar uma definição de Desenvolvimento Local, mais abrangente, tendo em conta dez atributos essenciais que devem estar presentes nas diversas iniciativas que se caracterizam como tal. Assim, o Desenvolvimento Local é 1) um **processo de mudança**; 2) **centrado numa comunidade** territorial de pequena dimensão, 3) que tem como objetivo **a satisfação de necessidades básicas**, 4) através da **mobilização de capacidades locais** 5) o que implica a adoção de **metodologias participativas** e de *empowerment*. 6) e **recursos exógenos**, capazes de mobilizar recursos endógenos, 7) Assume uma **abordagem integrada** dos problemas e resposta, 8) que obedece a uma lógica de **trabalho em parceria**, 9) com **impacto tendencial em toda a comunidade** e 10) segundo uma grande **variedade de caminhos**.

É de salientar que embora os termos de Desenvolvimento Comunitário e Desenvolvimento Local sejam próximos, o último centra-se na comunidade local e no território, com as suas próprias consequências em termos práticos e teóricos daí resultantes. Neste sentido, o termo Desenvolvimento Local, também se aproxima de outro termo, o de Desenvolvimento Participativo.

Em suma, o Desenvolvimento Local resulta de dois fatores. Por um lado, da resistência das economias locais e das identidades locais às consequências da liberalização da circulação de mercadorias, serviços e capitalistas e da homogeneização cultural provocadas pelo processo de globalização que tende a destruir aquelas especificidades. Por outro lado, surge como resposta a problemas sociais, políticos e ambientais resultantes do processo de globalização, numa altura em que o Estado-providência perde a sua eficácia na resolução de problemas sociais.

Desta forma, o Desenvolvimento Local pode ser considerado uma ajuda aos problemas provocados pela globalização, perante as falhas de regulação Supranacionais e Mundiais. Assim, o Desenvolvimento Local pode ser visto como complementar os processos de globalização, através da proposta de uma globalização a partir do local.

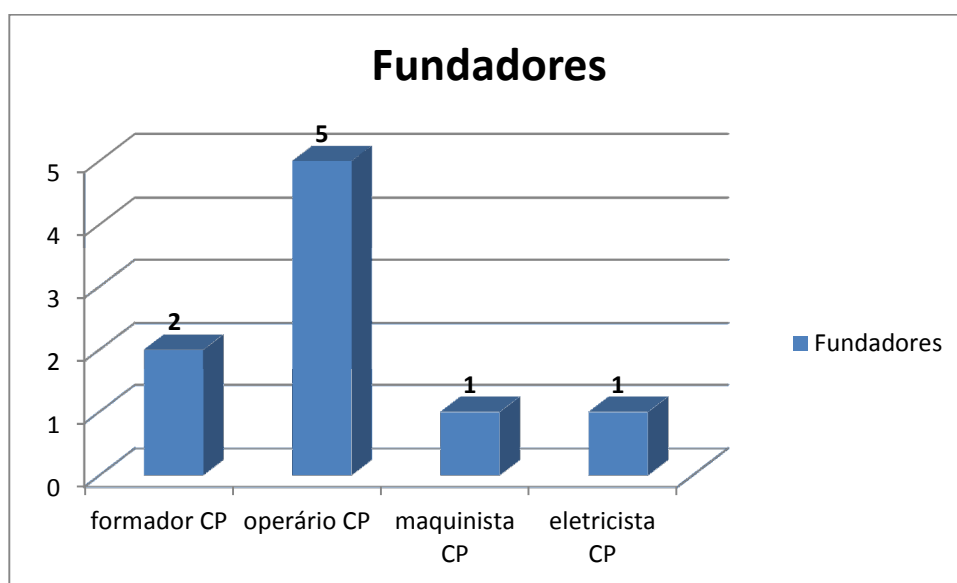
Capítulo III – Caracterização do estudo de caso

3.1. A Cooperativa de Habitação Económica Ferroviários de Portugal, CRL

3.1.1. Caracterização da COFERPOR

A Cooperativa Económica Ferroviários de Portugal, CRL, adiante designada de COFERPOR, foi fundada a 3 de Fevereiro de 1976, promovida por nove sócios fundadores, ferroviários da empresa Caminhos de Ferro Portugueses. Estes sócios pertenciam, na sua maioria, à classe operária, como se pode observar da leitura do gráfico 1 e, portanto, os seus recursos económicos eram escassos. Atualmente conta com 492 sócios ativos.

Gráfico 1- Categorias profissionais dos fundadores da COFERPOR



Fonte: Dados recolhidos diretamente pela autora

O seu surgimento teve como principal objetivo “a *satisfação das necessidades habitacionais dos seus membros e respetivos agregados familiares e, ainda, o fomento da cultura em geral e dos princípios e práticas do cooperativismo*” (Estatutos, 2003:4).

A cooperativa rege-se através de estatutos e pela legislação aplicável às Cooperativas em geral e, em particular, às do seu ramo. De acordo com estes estatutos que regulamentam a sua atividade, os principais objetivos da COFERPOR são, em primeiro lugar, a construção ou a sua promoção e a aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a reparação ou a remodelação dos mesmos; prosseguir, apoiar e incentivar iniciativas de interesse para os seus membros nos domínios social, cultural, material e da qualidade de vida. Estes dois objetivos enunciados, também servem para não membros, mas de forma complementar; e por último, a administração de condomínios tomando a seu cargo a administração, a conservação e reparação dos imóveis construídos para os seus associados.

Desta forma, as suas principais funções são gestão e manutenção de condomínios integrados no bairro COFERPOR, gestão e manutenção do imobiliário e dos espaços comerciais, nomeadamente, Pavilhão multiusos, Bufete/Bar de apoio ao pavilhão e Sala de Convívio. Ainda, conservação e manutenção de duas habitações, uma das quais adquirida por permuta de terrenos. De salientar que a utilização do pavilhão multiusos e da sala de convívio não se destinam exclusivamente aos sócios, mas a todas as entidades, empresas e instituições, localizadas no seu âmbito territorial.

No que respeita ao seu primeiro objetivo, a construção de habitação, a COFERPOR, tem como principal função satisfazer esta necessidade aos seus membros, o que não implica que outros interessados não usufruam de tais habitações. Qualquer interessado pode solicitar habitação à cooperativa, com a ressalva de que os membros têm prioridade. Atualmente, não se justifica a construção de fogos habitacionais, mas caso existam solicitações retoma-se a atividade. O mesmo princípio se aplica às restantes atividades.

Quanto às iniciativas de interesse para os seus membros nos domínios social, cultural, material e da qualidade de vida, estas atividades não se destinam apenas aos seus membros, mas a toda a comunidade. Neste sentido, qualquer entidade que faça um requerimento para a realizar de uma atividade de interesse, a COFERPOR apoia e divulga a ação. Ao nível monetário cobra um valor simbólico, sempre sujeito a análise da Direção.

No que concerne à gestão dos espaços comerciais, a cooperativa tem como objetivo a sua rentabilização, no entanto, cede, muitas vezes, sem qualquer tipo de custos as suas salas a grupos e entidades locais. Atualmente adjudica um das salas a um grupo de senhoras com idade compreendidas dos 50 aos 90 anos que se intitulam de “Trapos e Bonecas”. O grupo solicitou a sala e a cooperativa, como considera uma mais-valia para a população idosa, uma vez que mantém parte da população envelhecida da zona Sul do Entroncamento ativa e mentalmente saudável, cedeu o espaço.

Relativamente ao Bar/Bufete, disponível para qualquer cidadão, pratica preços sociais e tem como principal finalidade oferecer um serviço à população e promover o convívio entre membros e não membros da cooperativa.

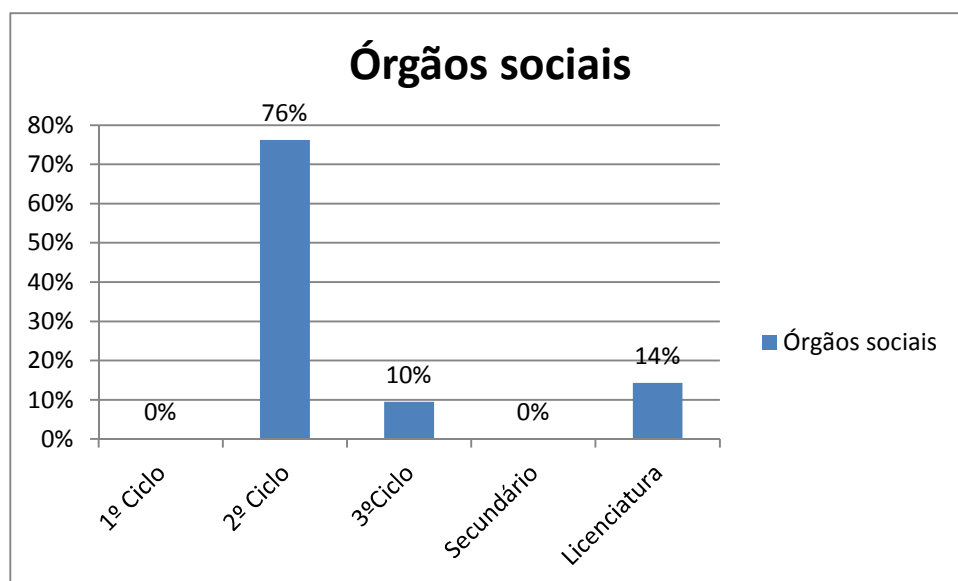
Por último, a tarefa de gestão de condomínios, na qual a COFERPOR tem em conta as necessidades e dificuldades dos seus membros e não membros e, em caso de dificuldades financeiras, encontra-se sempre disponível para auxiliar os condóminos. Primeiramente discutem a situação e, por mútuo acordo, chegam a um consenso. Uma parte das reservas da COFERPOR são utilizadas para esse fim.

Ao nível dos recursos humanos, a COFERPOR conta com o trabalho de uma equipa de cinco pessoas, duas assistentes administrativas, duas empregadas de limpeza e um pedreiro. Destes trabalhadores 80% pertencem ao sexo feminino e apenas 20% ao sexo masculino. No que

respeita a voluntários, a cooperativa conta, atualmente, com a ajuda de vinte cinco voluntários, 21 membros pertencentes aos órgãos sociais e quatro pertencentes ao Bar.

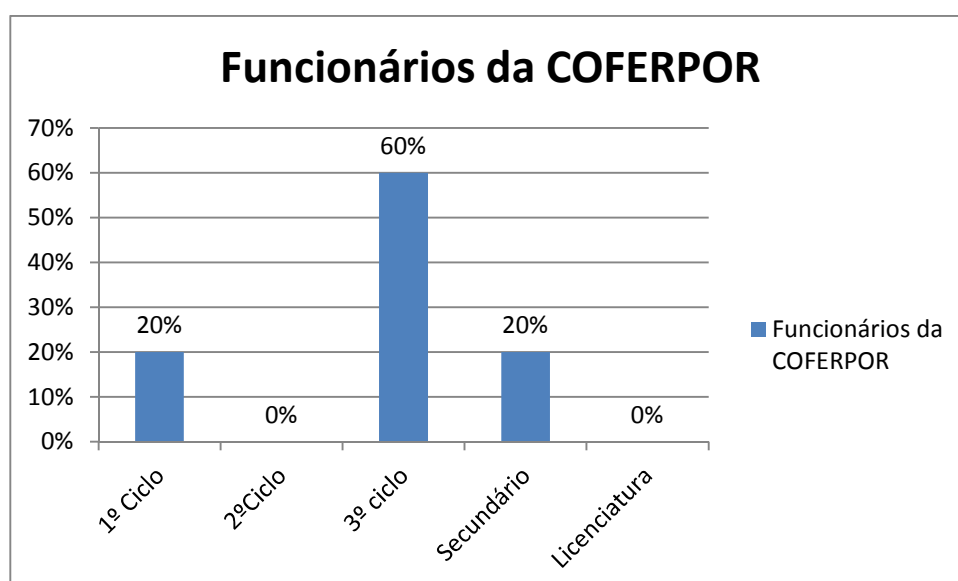
Relativamente às habilitações literárias dos órgãos sociais, apenas cerca de 14% possui licenciatura e a maioria possuiu o 2º ciclo do ensino básico, ou seja cerca de 76%. No que respeita aos funcionários da COFERPOR, na sua maioria, ou seja, cerca de 60% possuiu o 3º ciclo do ensino básico e, apenas 20% tem o ensino secundário. Estes dados revelam que as habilitações literárias dos membros e funcionários que dirigem a COFERPOR são baixos, tendo em conta atual escolaridade mínima obrigatória, o que revela uma equipa pouco qualificada.

Gráfico 2 - Habilitações literárias dos órgãos sociais da COFERPOR



Fonte: Dados recolhidos diretamente pela autora

Gráfico 3 - Habilitações literárias dos funcionários da COFERPOR

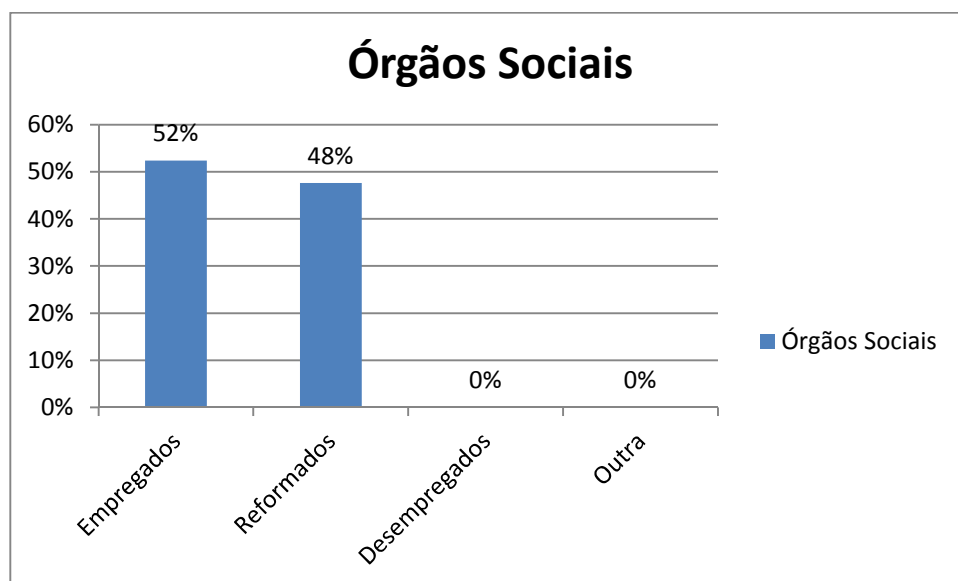


Fonte: Dados recolhidos diretamente pela autora

Relativamente aos órgãos sociais da COFERPOR, estes estão divididos em Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, que são eleitos e destituídos pela Assembleia Geral. Cada mandato dura dois anos, sendo permitida a reeleição sem restrições, podendo a Direção constituir comissões especiais, de duração limitada, para o desempenho de tarefas determinadas. As regras de funcionamento dos órgãos, as atribuições e a substituição dos respetivos titulares, são as estabelecidas na lei e em regulamentos internos próprios de cada órgão. No entanto, cada órgão tem a sua composição e funções. A maioria dos membros dos órgãos sociais trabalham em regime de voluntariado e pertencem ao sexo masculino, com exceção de dois membros da Assembleia Geral que são do sexo feminino.

Um dado interessante é a ocupação profissional dos órgãos sociais da COFERPOR. Como podemos observar No gráfico 4, uma parte significativa dos membros dos órgãos sociais, mais concretamente 52%, encontra-se no ativo e aproximadamente 48% são reformados. O elevado peso de ativos revela uma forte motivação e interesse na prossecução dos objetivos da cooperativa.

Gráfico 4 – Situação face ao emprego dos órgãos sociais da COFERPOR



Fonte: Dados recolhidos diretamente pela autora

Na prossecução da sua atividade a COFERPOR conta com a colaboração de diversas empresas para a prestação de diversos serviços, ligados à sua atividade, designadamente, da firma Calado Lda. na prestação de serviços de contabilidade, a empresa Trigénus na prestação de serviços de apoio informático e na empresa MundiTrab na prestação de serviços Higiene e Segurança no Trabalho.

A escolha recaiu sobre esta Cooperativa, em termos pessoais, por se encontrar numa área urbana de pequena dimensão, ao nível social, são a atividade da economia social com maior impacto na

sociedade e, em termos científicos, devido ao facto de as cooperativas assumirem ou tenderem a assumir os princípios de uma economia de base solidária. De acordo com o Decreto-Lei XX as cooperativas são definidas por *“as cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação de necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles”*.

Macpherson caracteriza as cooperativas como *“uma cooperativa é uma associação autónoma de pessoas, que se unem, voluntariamente, para satisfazer necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada”* (MACPHERSON, 1996).

3.1.2. Contextualização territorial da implementação da COFERPOR

A COFERPOR desenvolve a sua atividade no concelho do Entroncamento, o segundo município mais pequeno do país, pertencente à região Centro, sub-região do Médio Tejo. Devido à sua localização, beneficia da sua inserção geoestratégica na região do Vale do Tejo e de boas acessibilidades ferroviárias e rodoviárias.

A Cidade nasceu no século XIX, com o início da construção ferroviária, começando por ser uma pequena estação de caminhos-de-ferro. Na altura apenas existiam dois lugares, o Casal das Vaginhas e o Casal das Gouveias, onde se vieram a estabelecer os primeiros trabalhadores. O nome da cidade deriva do entroncamento ferroviário que se estabeleceu com o cruzamento das linhas do Norte e da linha do Leste. Devido a esta situação a pequena aldeia pertencia a duas freguesias e a dois concelhos, a ponte das linhas situava-se na freguesia de Santiago, concelho de Torres Novas, a nascente da via a povoação pertencia à freguesia N^a Sr.^a da Assunção da Atalaia, concelho de Vila Nova da Barquinha. A povoação foi crescendo com o desenvolvimento dos transportes ferroviários e com a instalação das suas estruturas de apoio e, foi neste contexto que surgiu e se justificou a COFERPOR.

Entretanto, em 1916, devido à instalação do quartelamento militar, à zona geográfica e às boas acessibilidades ferroviárias, tornou-se um lugar estratégico, aumentando consideravelmente a sua população, constituída por militares com os seus familiares e ferroviários com as suas respetivas famílias. Alcançou o estatuto, primeiramente de aldeia, depois de vila e a seguir de cidade, no mesmo século.

De salientar que, nos anos 40 do século XX, era o segundo meio operário do país, representado esta categoria mais de metade da sua população. Atualmente, o número de operário dos caminhos de ferros já não tem a representação populacional que teve em outros tempos, mais ainda sobressai no conjunto da sua população.

3.1.3. Breve resumo da história da COFERPOR

A história da COFERPOR começa uns meses antes da sua formalização, quando um grupo de seis ferroviários partilha a ideia de construir habitação própria. A ideia estabelece-se e em 1976 nasce a COFERPOR, com o objetivo de oferecer habitação social aos ferroviários que dela precisassem. Na altura adesão de candidatos a uma habitação foi muito grande, que justificou as fases e os fogos habitacionais construídos numa localidade que começava a crescer.

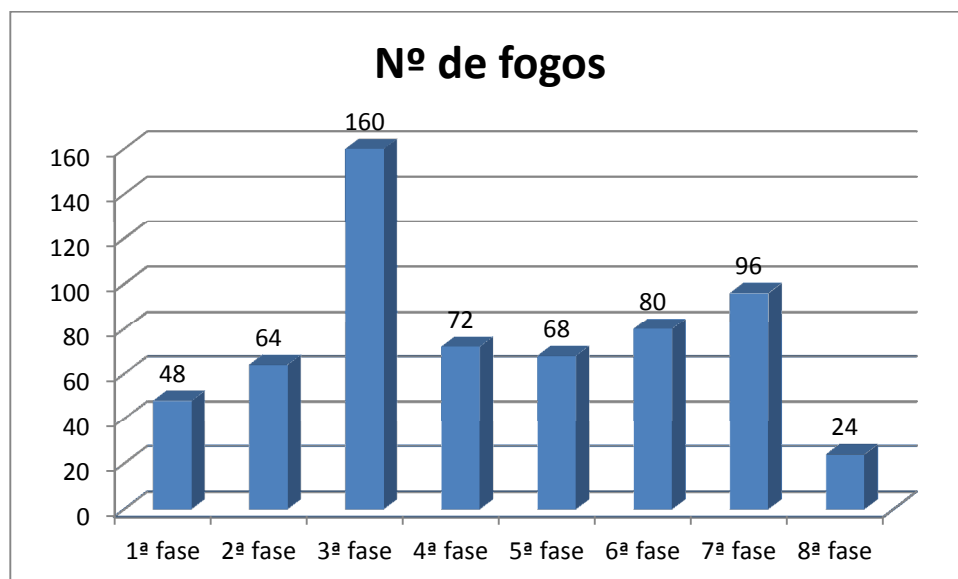
Nesta altura, com a ajuda da empresa de construção civil URBETAL, que se manteve até à 4ª fase de construção e com os empréstimos conseguidos por meio do Fundo de Fomento de Habitação (FFH), iniciou-se a primeira fase, das 8 fases de construção de habitação social, correspondente a 48 fogos habitacionais. A vantagem da cooperativa era oferecer habitação a preços mais baixos e com formas de pagamento mais vantajosas, em relação à Banca. Inicialmente, o FFH emprestava à COFERPOR o dinheiro para as habitações e, posteriormente, os membros pagavam à cooperativa, durante 25 anos. A sede social da empresa teve a sua primeira instalação num escritório da UBETAL.

Entretanto, ainda não estava concluída a 1ª fase de construção, já se iniciava a 2ª fase, que resultou em mais 64 fogos habitacionais. Terminada a 2ª fase, inicia-se em 1977 a 3ª fase de construção, com um projeto de 160 fogos. Nesta fase terminou o apoio do Fundo de Fomento de Habitação às cooperativas de habitação e foi substituído pelo Instituto Nacional de Habitação (INH). Consequentemente, as formas de pagamento alteram-se, deixando os membros de pagar diretamente à cooperativa a sua habitação e o preço das habitações sobe, ainda que pouco relativamente ao valor a pagar na Banca. Foi nesta altura que se sentiu necessidade de aumentar os recursos humanos e que a primeira administrativa iniciou o seu trabalho.

A 4ª fase teve início em 1984, com o apoio financeiro do Instituto Nacional de Habitação, que resultou em 72 fogos habitacionais. Terminada a 4ª fase, inicia-se a 5ª fase, com o objetivo de 68 fogos, já com a empresa de construção civil Silvério e Melro. Nas mesmas condições se efetuaram as 6ª, 7ª e 8ª fase de construção, que resultaram, ao todo em 200 fogos habitacionais, com o seu trémito em 1994.

Como se pode constatar pela leitura do gráfico 5, no total, a COFERPOR construiu 612 fogos habitacionais, tendo sido na 3ª fase de construção, ocorrida entre 1977 e 1979, que se verificou um maior número de edificações e, na última fase, a 8ª, ocorrida entre 1992 e 1994 que se verificou um menor número.

Gráfico 5 - Nº de fogos habitacionais por fase de construção



Legenda: 1ª fase de 1975 a 1977 5ª fase de 1986 a 1988
2ª fase de 1976 a 1977 6ª fase de 1987 a 1988
3ª fase de 1977 a 1979 7ª fase de 1988 a 1989
4ª fase de 1984 a 1986 8ª fase de 1992 a 1994

Fonte: Fonte: Dados recolhidos diretamente pela autora

Satisfeitas as necessidades habitacionais dos seus membros, a cooperativa investiu nas suas instalações e, em 1992, através da empresa Construmândio, constrói-se a Sede Social da Cooperativa.

A partir desta altura, a COFERPOR inicia uma nova fase, marcada pelo fim da construção e, conseqüentemente, início da gestão dos condomínios que integram o bairro COFERPOR. Não existindo a necessidade de construção e com a diminuição dos fundos comunitários procede-se, em 2003, a alterações na estrutura e funcionamento da COFERPOR. Alteram-se os estatutos que permitem à cooperativa passar a dedicar-se à gestão de condomínios, e manutenção e divulgação das instalações sociais, designadamente, o Pavilhão Multiusos, Sala de convívio e Bufete.

3.1.4. Resultados da atividade da COFERPOR

Os resultados da atividade da COFERPOR, no seu território, são vastos e encontram-se dispersos pelos vários contributos prestados pela cooperativa, não permitindo uma correta avaliação dos mesmos.

Em termos quantitativos, da dimensão do serviço prestado pela COFERPOR, resultou em oito projetos, traduzindo-se em 612 fogos habitacionais, a preços mais baixos e com taxas de juros reduzidas relativamente à Banca. Este trabalho resultou em vários postos de trabalhos, na construção civil e, no que se refere à Cooperativa, em cinco posto de trabalho, uma vez que os órgãos sociais e alguns dos colaboradores trabalham em regime de voluntariado. Este trabalho traduziu-se, no entanto, em muito mais que postos de trabalho, resolvendo um problema organizacional urgente, o da habitação numa localidade em rápido crescimento.

3.2. Passos teórico-metodológicos do estudo

3.2.1. Definição do problema de pesquisa

Uma investigação alicerça o modelo teórico a utilizar, de acordo, com o objetivo principal da investigação. No presente caso, pretendemos contribuir para o aprofundamento do conceito de economia solidária e, mais especificamente, relacionar os princípios subjacentes à economia solidária com a COFERPOR. A acrescentar, propomo-nos compreender o impacto da cooperativa na comunidade onde se encontra inserida.

3.2.2. Opções metodológicas

O presente estudo envolveu várias técnicas de recolha de dados, ao longo da investigação, consoante a etapa de investigação.

Tendo em conta a natureza dos factos sociais a observar e o objeto de pesquisa considerámos como metodologias mais adequada o método de estudo de caso, uma técnica de tratamento da informação, que pode ser definida por “*a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação*” (Berelson, citado em Vala 2005:103). De acordo com, Gernwood a análise de conteúdo caracteriza-se por “*exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, selecionada de acordo com determinado objetivo (ou, no máximo de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade*” (Lima, 1987:18). O estudo de caso escolhido é uma cooperativa, a Cooperativa de Habitação Económica Ferroviários de Portugal, CRL, com 38 anos de trabalho na área da construção de fogos habitacionais, numa pequena cidade designada de “cidade dormitório”, o Concelho do Entroncamento.

Metodologicamente propomos um estudo de natureza qualitativa, recorrendo às técnicas de análise documental e inquérito por entrevista, concentradas no trabalho desenvolvido pela Cooperativa, ao longo dos seus de 38 anos de atividade. A escolha do período temporal a estudar deveu-se a critérios de profundidade dos elementos recolhidos.

A análise documental, numa fase preliminar, consistiu na análise de vários documentos referentes à atividade da COFERPOR, tais como estatutos, relatórios de atividade e dossiês de projetos, de forma a obter conteúdo informativo privilegiado e único.

Relativamente às entrevistas, foram realizadas a dois grupos distintos de pessoas, um primeiro grupo de pessoas internas à COFERPOR, constituído por isso testemunhos privilegiados, por

deterem um bom conhecimento do cooperativa, mais concretamente, o atual presidente da cooperativa, o vice-presidente da cooperativa, o presidente do conselho fiscal, o tesoureiro e duas funcionárias a exercer serviços de secretariado. Um outro grupo constituído por pessoas externas à cooperativa, mas muito relacionadas com a cooperativa, nomeadamente os presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Batista, a representante do grupo “Trapos e Bonecas” e um ex-presidente da Cooperativa.

O tipo de entrevista utilizada foi a semidiretiva caracterizada por *“É semidiretiva no sentido em que não é inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado”* (Quivy 1992:194). Em termos de procedimentos, foi enviado para todos os entrevistados uma carta de apresentação, onde contextualizámos o estudo e a importância da colaboração de todos os respondentes e juntamente com a mesma enviámos o guião de entrevista (ver anexo 1 e anexo 2), de forma a permitir que os entrevistados tivessem conhecimento prévio das perguntas a serem colocadas, podendo haver alguma preparação prévia das respostas.

Na análise do estudo de caso revelou-se fundamental analisar a história da cooperativa, desde o seu início aos dias de hoje e, conseqüentemente, os princípios pelos quais se rege. A amostragem foi definida através da técnica de amostragem não aleatória simples, composta por elementos selecionados propositadamente pelos entrevistados, por estes os considerarem elementos privilegiados para obtenção de informação.

Os dados obtidos através das entrevistas realizadas foram tratados através da técnica qualitativa de análise de conteúdo. O objetivo da análise de conteúdo será *“(...) efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”* (Vala, 2005:104), o que se concretizou através de uma grelha de análise fechada, em que as categorias são estabelecidas por um teoria através da qual se pretende testar as hipóteses. As categorias permitem reduzir a complexidade do meio ambiente, ao mesmo tempo que lhe atribuem significado. Desta forma, uma categoria *“é habitualmente composta por um termo-chave que indica a significação central do conceito que se pretende apreender”* (Vala, 2005:111), o que nos permitiu selecioná-las e, de seguida, utilizar a ideia como unidade de registo e o parágrafo como unidade de contexto que representa *“(...) o segmento mais largo de conteúdo que o analista examina quando caracteriza uma unidade de registo.”* (Vala, 2005:114).

3.3. Princípios da COFERPOR e a sua relação com o conceito de Economia Solidária

a) Missão da COFERPOR

A COFERPOR surge em 1975 através de um grupo de ferroviários que pretendia satisfazer um objetivo comum, a aquisição de habitação. Como confirma o elemento 1 da COFERPOR, a cooperativa nasceu “(...) *através de um grupo de Ferroviários que queria ter uma casa, mas que não tinha meios económicos suficientes para isso*”.

A COFERPOR emerge numa altura de dificuldades económicas e reduzido número de habitações para dar resposta à população crescente. “*A intenção de criar a cooperativa surgiu das dificuldades que existiam na altura, na aquisição de habitação*” – elemento 4 da COFERPOR. Neste contexto, a cooperativa surge com o principal objetivo de satisfazer necessidades habitacionais dos seus membros e familiares e promover a cultura e os princípios cooperativistas.

Mais especificamente, a cooperativa surge com os objetivos principais de “*a) a construção ou a sua promoção e a aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a reparação ou a remodelação dos mesmos fogos; b) prosseguir, apoiar e incentivar iniciativas de interesse para os seus membros, nos domínios social, cultural, material e da qualidade de vida; c) operações dos tipos constantes das alíneas anteriores relativamente a não membros, mas a título complementar, nos termos da lei*” (Estatutos da COFERPOR, 1975:4).

Ao longo da sua história, foi complementando e alterando os seus objetivos, com o propósito de oferecer aos seus colaboradores e à comunidade envolvente respostas às suas necessidades. A última alteração dos estatutos ocorreu em 2003, onde foi acrescentado o objetivo de “*d) a administração de condomínios tomando a seu cargo a administração, conservação e reparação dos imóveis sujeitando-se os proprietários ao regime estabelecido no Código Civil respeitante à propriedade horizontal, ainda que o direito de propriedade dos mesmos tenha sido transmitido*” (Estatutos da COFERPOR, 2003:5).

No que se refere a aspetos identitários, todos os entrevistados da COFERPOR referem sinais identitários que os caracterizam e que se podem agrupar em cinco categorias, autoajuda, solidariedade, democracia, responsabilidade e justiça. De acordo com o elemento 6 da COFERPOR “*foram os valores de cooperação, preocupação com a comunidade, responsabilidade e justiça, os pilares da criação desta cooperativa*”.

No mesmo sentido, foram as respostas dos elementos externos à COFERPOR, que à semelhança dos elementos internos referiam a existência de sinais identitários comuns aos membros da cooperativa, que se podem resumir em três características essenciais, nomeadamente, interesses em comum, luta pelos seus direitos e solidariedade. “*Sim, têm características identitárias próprias, na medida em que partilham interesses em comum e defendem os seus direitos, partilham os mesmos compromissos e os mesmos valores*” – elemento 1 externo à COFERPOR. “*Tendo em*

conta que, na sua maioria, eram ferroviários posso dizer que pelo menos objetivos em comum, união e solidariedade entre os membros.” – elemento 4 externo à COFERPOR.

b) Dimensão económica

A COFERPOR, no âmbito da sua atividade mobiliza recursos de dois tipos, recursos que resultam da contratualização de voluntários e recursos resultantes da participação no mercado. Relativamente aos recursos provenientes da sociedade civil, os entrevistados da COFERPOR identificaram como recursos utilizados os voluntários da cooperativa. Atualmente, a cooperativa conta com a colaboração de 25 voluntários, 4 dos quais prestam serviços ao nível do Bar/Bufete, realizando as tarefas inerentes ao serviço, como gestão de stocks, encomendas e atendimento ao público. Os restantes voluntários fazem parte dos órgãos sociais, nomeadamente, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, com as responsabilidades inerentes a cada órgão. *“Posso dizer que todos os corpos sociais são voluntários, assim como os numerários. Mais concretamente, cerca de 25 pessoas, é amor à camisola”* - elemento 1 da COFERPOR *“Todos os corpos sociais são voluntários, ou seja, existem 21 membros pertencentes à Direção e 4 que dirigem o bar”* - elemento 3 da COFERPOR.

No que diz respeito aos membros da Assembleia Geral, estes têm como atribuições alterar os Estatutos, regulamentar a forma de gestão da COFERPOR e aprovar a dissolução da cooperativa.

Aos membros da Direção compete elaborar o balanço, relatórios e contas de exercício e o orçamento e plano de atividades e, posteriormente, submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, realizar o plano de atividades anual; responder às solicitações do Conselho Fiscal, deliberar sobre a admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas na lei e nos Estatutos da COFERPOR; velar pelo cumprimento da lei, dos Estatutos e das deliberações dos órgãos da cooperativa; Contratar e gerir os recursos humanos; representar a cooperativa em juízo e fora dela; escriturar os livros, de acordo com a lei; defender os interesses da cooperativa e dos cooperadores e salvaguardar os princípios cooperativistas.

Por fim, os membros do Conselho Fiscal têm como funções reunir ordinariamente, uma vez por trimestre, de forma a deliberar sobre as matérias da sua competência.

Desta forma, os voluntários representam um papel fundamental na prossecução da atividade da COFERPOR, sendo em maior número que os trabalhadores.

No que respeita aos recursos resultantes de protocolos com entidades públicas todos os elementos da COFERPOR responderam que no âmbito da sua atual atividade não existe qualquer tipo de protocolo com o Estado, resumindo-se a sua relação com o Estado em *“Presentemente a COFERPOR não tem nenhum protocolo com o Estado. Os benefícios que do Estado advém, são poucos ou quase escassos, decorrem da lei e situam-se no campo fiscal, apenas no IMI da sua sede social.”* - elemento 6 da COFERPOR. Todavia, alguns membros referiram que já existiram

protocolos com entidades públicas, durante os primeiros anos, nos quais se efetuaram as 8 fases de construção de fogos habitacionais, ao nível da aquisição de empréstimos, através de organismos como o Fundo de Fomento de Habitação (FFH) e Instituto Nacional de Habitação (INH). *“Atualmente não existem protocolos com o Estado. No entanto já existiram, através do organismo Fundo de Fomento de Habitação, ao nível dos empréstimos e também o apoio da Câmara Municipal para a realização das primeiras Assembleias Gerais de Sócios”* – elemento 2 da COFERPOR.

Todavia, foi referido que a COFERPOR beneficia de apoios do Estado ao nível fiscal, como por exemplo, do IMI da sua Sede Social e outros, por ser considerado um organismo de utilidade pública. Esta situação deve-se à existência de um clima de desconfiança, que prejudica as relações com o Estado.

Quanto à sustentabilidade financeira da cooperativa, todos os entrevistados da COFERPOR referiram três tipos de serviços prestados, nomeadamente, a gestão de condomínios, o valor administrativo de cada sócio e a rentabilização dos espaços que não se realiza de forma constante no tempo, mas de forma esporádica. Conforme explicou o entrevistado 3 da COFERPOR, a sustentabilidade financeira da cooperativa mantém-se *“Através dos serviços prestados, mais precisamente, a gestão de 79 condomínios, também pelo valor administrativo que cada um dos sócios e não sócios paga e, ainda que não se possa contar sempre com isso, pela rentabilização dos espaços”* - entrevistado 3.

Desta forma, pode-se concluir que o peso da gestão de condomínios ao nível económico é muito importante para prossecução da atividade da cooperativa.

c) Dimensão política

A dimensão política da COFERPOR, nomeadamente, as formas de tomada de decisão, encontram-se bem definidas e estipuladas democraticamente, sendo que todos os elementos entrevistados referiram que a Cooperativa promove a vida democrática dos seus sócios, conforme explica o elemento 6 da COFERPOR *“Indubitavelmente, outra coisa não seria de esperar de uma cooperativa que se preze e valorize o cooperativismo”*.

De acordo com os elementos da cooperativa as deliberações são tomadas em Assembleia Geral, na qual todos os membros da COFERPOR podem participar e decorrem pelo menos duas vezes por ano, como explica o elemento 3 da COFERPOR *“(…)realizam-se, pelo menos duas assembleias gerais por ano”* e acrescenta o elemento 6 da COFERPOR *“Todos os sócios podem participar ativamente nas Assembleias e reuniões mensais da Cooperativa. Também podem fazer parte dos órgãos sociais, basta demonstrarem interesse. E todos, sem exceção, são incentivados a participar nas eleições para os órgãos sociais, através do diálogo demonstrando a importância da sua participação ativa na vida da cooperativa”*.

Para além das reuniões da Assembleia Geral, duas vezes por mês decorrem as reuniões da Direção, mais precisamente, nas primeiras terças-feiras do mês e nas terceiras terças-feiras e bianualmente realiza-se a Assembleia Eleitoral. *“Por mês realizam-se duas reuniões da Direção, mais precisamente, na primeira 3ª feira de cada mês e na terceira 3ª feira de cada mês.”* - Elemento 1 da COFERPOR.

De acordo com os entrevistados da COFERPOR, as decisões são transmitidas aos membros utilizando para isso vários meios, nomeadamente, cartas aos membros com as deliberações tomadas nas Assembleias, através de informação exposta na Sede Social e por meio de informação solicitada pelos próprios membros à Direção, conforme desenvolve o elemento 6 da COFERPOR *“As decisões são tomadas democraticamente, através da Direção e transmitidas aos cooperadores nas Assembleias Gerais ou, diretamente no balcão da Sede e através das informações escritas, afixadas na Sede”*.

No que se refere à representatividade dos órgãos sociais e da direção os elementos entrevistados da COFERPOR referiram que participam nas Assembleias, em média, 60 pessoas, o que equivale a 12,2% dos membros da cooperativa. *“Depende muito, mas no geral participam cerca de 65/75 pessoas.”* Elemento 4 da COFERPOR *“Nas Assembleias Gerais participam, em média, 60 pessoas (...)”* - elemento 2 da COFERPOR.

Relativamente à sua participação, de acordo com os entrevistados da COFERPOR, todos os sócios são incentivados a participar nas Assembleias, através de pedidos formais por parte da Direção.

No que respeita aos órgãos sociais, tem-se assistido à sua renovação de dois em dois anos, alguns dos quais mudam de funções, mas a maioria acaba por ceder o lugar a outro membro. Conforme o elemento 3 da COFERPOR refere *“Normalmente, de dois em dois anos renovam-se os órgãos sociais. O que acontece é que, às vezes, permanecem alguns elementos com funções diferentes. Em percentagem, diria que se renova aproximadamente 60% dos órgãos sociais”*. De acordo com o estipulado nos Estatutos, os mandatos tem a duração de dois anos, mas é permitida a reeleição sem restrições.

As estratégias de intervenção na comunidade são variadas e podem ser agrupadas em três categorias, designadamente, o envolvimento com a população, a capacidade de mobilizar recursos e a capacidade de renovação e inovação. Todavia, umas são mais bem conseguidas que outras.

Relativamente às formas de envolvimento com a população, a maior parte dos entrevistados revelou que no contato com a população é privilegiado o contato informal. No entanto, um elemento referiu a necessidade de fazer mais nesse sentido. De acordo com elemento 2 da COFERPOR *“Não são muitas as estratégias de contacto com a população, mas temos inovado, como é exemplo a criação da página de Facebook, que nos permite divulgar eventos e serviços e,*

claro, a mensagem que passamos. Todavia, não é suficiente, é necessário apostar mais nesta área” - elemento 2 da COFERPOR.

No que concerne à capacidade de mobilizar recursos, depende das necessidades identificadas, mobilizando para esse efeito, os seus recursos e da Autarquia Local. De acordo com o elemento 3 da COFERPOR “(...) *no que diz respeito à comunidade envolvente, a cooperativa tenta ajudar de acordo com as suas possibilidades(...)ao nível da sociedade solucionar problemas como o estacionamento, limpeza de jardins ou a calçada, através de iniciativa própria ou recorrendo a pedidos da Câmara e fazendo pressão nesse sentido”.*

Em relação à capacidade de renovação e inovação, de modo a desempenhar um papel significativo na sociedade a cooperativa renovou os seus objetivos e tem inovado nas formas de divulgação dos seus serviços, como explica o elemento 1 da COFERPOR “*Nos últimos anos temos tentado apostar mais na divulgação das nossas iniciativas, para que as pessoas possam participar ativamente e com esse objetivo, de chegar mais perto da população, surgiu a página de Facebook.”*

3.4. Principais impactos na comunidade local – Uma análise em termos de Desenvolvimento Local

a) Formas de contato com a população

A COFERPOR tem como principal área geográfica de intervenção o concelho do Entroncamento, não tendo alargado o seu trabalho, por falta de dinamização de projetos. Quando pedimos aos entrevistados para caracterizarem a intervenção da COFERPOR, começaram por referir a sua génese, ou seja, como e porque surgiu. De acordo com o elemento 1 externo à COFERPOR *“Primeiramente, com o papel de construção (1975), o objetivo era a criação de habitação social, o que representou um papel muito importante (...) No entanto, foi muito importante, resolveu-se o problema de cerca de 600 famílias carenciadas”*.

No âmbito da sua intervenção a COFERPOR, de acordo com os entrevistados internos à cooperativa, toma em consideração os problemas da população, no âmbito da sua atividade. O elemento 3 da COFERPOR refere *“Tudo o que diz respeito à comunidade envolvente, ou ao Bairro da COFERPOR temos um papel ativo. Temos o cuidado de ouvir as pessoas, perceber os seus problemas e agir em consonância com as suas necessidades, tendo em conta as nossas possibilidades.”* De acordo com o elemento 4 da COFERPOR *“(…) Por exemplo, sempre que existe algum problema no bairro tem o papel ativo na sua resolução, como aconteceu na introdução do gás natural, ou acontece na limpeza e manutenção de espaços público (...)”*.

Relativamente à sua dimensão social, todos os elementos da COFERPOR responderam que na sua atividade a cooperativa procura dar resposta às necessidades essenciais da comunidade, como refere o elemento 1 da COFERPOR *“A dimensão social da Cooperativa realiza-se por oferecer à população um bar/bufete aberto (...) Este bar tem à disposição café, chá e pequenas refeições a preços mais baixos”*- elemento 1 da COFERPOR. O elemento 3 da COFERPOR acrescenta *“Ao nível social, oferece um bar com preços acessíveis, os seus espaços como o pavilhão multiusos, ou uma das salas que atualmente está a ser usada por um grupo de senhoras que se encontraram para falarem e executarem seus trabalhos (...)”*.

Desta forma, pode-se constatar, que a cooperativa, de acordo com as suas possibilidades adequa os serviços à comunidade e procura estar atenta aos seus problemas. Relativamente à dimensão social, tem à disposição da população um estabelecimento na área da restauração, com preços reduzidos, assim como os seus espaços. Por vezes, disponibiliza alguns dos seus espaços a projetos sociais.

b) Mobilização de capacidades locais

No que respeita à sua intervenção, todos os entrevistados internos consideram que, no âmbito da sua atividade a COFERPOR mobiliza recursos provenientes da comunidade de três tipos, humanos, materiais e naturais. No que se refere a recursos financeiros não existe qualquer apoio por parte da Autarquia ou outra entidade local, de acordo com o elemento 1 da COFERPOR *“Neste momento não existe qualquer apoio financeiro por parte da Autarquia, ou de outra entidade para apoiar a COFERPOR.”*

Todavia, é de realçar que, no âmbito da realização dos projetos de construção, a cooperativa contou com o apoio financeiro da Estado.

Os recursos humanos dizem respeito aos voluntários que trabalham na cooperativa, desenvolvendo atividades ligadas aos órgãos sociais e ao estabelecimento na área da restauração, como explica o elemento 4 da COFERPOR *“Sim, os voluntários dos órgãos sociais e do Bar (...) os primeiros têm a responsabilidade de manter a cooperativa, preservando os valores cooperativos e, os segundos, prestam todo o tipo de serviço ligado ao estabelecimento.”*

Relativamente aos recursos materiais, abrange todo o tipo de trabalhos ou ações, provenientes de coletividades, grupos, associações, ou pessoas em nome individual, da comunidade que pretendam divulgar os seus trabalhos, ou ações nas instalações da cooperativa, como explica o elemento 5 da COFERPOR *“Quanto a recursos materiais, expomos trabalhos de diversos autores, desde telas a trabalhos manuais (...)”*.

No que concerne a recursos naturais, apenas um elemento da cooperativa referiu a sua mobilização, nomeadamente, no que respeita à paisagem. *“Recursos naturais, só os que dizem respeito ao património paisagístico, que torna este bairro tão atrativo”* - elemento 6 da COFERPOR

Ao nível da prioridade de utilização de recursos, os entrevistados confirmaram que os recursos locais são os mais utilizados, recorrendo aos de fora apenas quando não existe resposta por parte da comunidade, como explica o elemento 2 a COFERPOR *“Os recursos locais são sempre preferidos, só recorreremos aos de fora quando os de dentro não conseguem dar respostas às necessidades”*.

c) Promoção da participação da população

Todos os entrevistados consideram que a COFERPOR promove o contato com a população, através de encontros formais e informais. Os contatos formais dizem respeito a eventos realizados pela cooperativa, como confirma o entrevistado 1 da COFERPOR *"A COFERPOR realiza alguns eventos de diversa natureza, como Festas de passagens de anos, sessões de divulgação de trabalhos realizados pelo grupo "Trapos e Bonecas ", ou outros e Festas de comemoração do dia Mundial do Cooperativismo e de Aniversário da Cooperativa"*. No entanto, estes eventos são pouco frequentes e a participação da população revela-se fundamental para o seu êxito. Normalmente, nestes eventos, as pessoas têm um papel de observador, ou ouvinte.

Os encontros informais, dizem respeito ao contacto direto estabelecido num café ou noutro estabelecimento, sendo a informação transmitida de pessoas para pessoas, *"Os contactos, são na maioria informais, através de uma ida ao café consegue-se falar com uma pessoa e a informação passa para a população, também através da publicidade deixada no Bar/Bufete, na carrinha e na página oficial de Facebook (...)"* - elemento 1 da COFERPOR.

No entanto, é afirmado por um dos entrevistados da COFERPOR que a cooperativa já promoveu mais os encontros com a população *"já o fez mais do que faz hoje em dia, é preciso pensar em novas estratégias e em novos caminhos (...)"* - elemento 3 da COFERPOR.

Para que população participe implica um esforço da cooperativa, de acordo com o elemento 6 *"é preciso apostar na divulgação e ir de encontro à população"* Quando questionados sobre a periodicidade dos encontros com a população, todos os entrevistados referiram não ser periódica, mas esporádica, tanto os encontros informais, como os encontros formais.

As estratégias utilizadas pela COFERPOR para promover a participação da população traduzem-se em três pontos:

1) Dinamizar eventos e iniciativas *"O facto de continuarmos a realizar eventos, nos quais toda a população pode participar"* - elemento 2 da COFERPOR *"(...)organizamos festas e eventos direcionados para a população"* - elemento 4 da COFERPOR.

2) Divulgação de iniciativas, eventos e serviços, *"Nos últimos anos temos tentado apostar mais na divulgação das nossas iniciativas, para que as pessoas possam participar ativamente e com esse objetivo, de chegar mais perto da população, surgiu a página de Facebook."* - Elemento 1 da COFERPOR

3) Envolver a população *"Nos últimos anos a COFERPOR, tem feito um esforço significativo para divulgar os seus eventos e serviços, para que as pessoas estejam informadas sobre o seu papel e, conseqüentemente possam participar (...)"* - elemento 5 da COFERPOR.

Sucintamente, para que a COFERPOR consiga chegar à população é necessário apostar mais em encontros formais e na sua divulgação, para assim conseguir envolver a população.

d) Trabalho em parceria

De acordo com todos os entrevistados da COFERPOR não existem, atualmente, parcerias no âmbito da sua atividade. Todavia, alguns inquiridos referiram que já existiram parcerias de natureza pública e privada, em diferentes momentos. *“Consideramos essencial promover parcerias, mas ainda não tivemos tempo para olhar bem para isso, pois temos tido trabalho a organizar a cooperativa. Em tempos tivemos com a Autarquia e com Associações Locais, como a Associação de Danças de Salão, mas que já tem espaço próprio e, portanto, não precisam os nossos espaços.”* - elemento 2 da COFERPOR.

As parcerias de natureza pública, com o Estado e a Autarquia, ocorrerem desde o início ao fim das fases de construção de fogos habitacionais. Já no que diz respeito às parcerias de natureza privada, nomeadamente com entidades locais, ocorrem numa perspetiva de utilização e dinamização de recursos.

Os entrevistados revelam que as parcerias de natureza pública sofreram alterações nos últimos anos e que, atualmente, se traduzem num clima de desconfiança, resultando num enfraquecimento das relações, por questões políticas, como explica o 3 elemento da COFERPOR *“Atualmente não existem parcerias nem com entidades públicas, nem com entidades privadas. Existe uma boa relação com a Câmara Municipal, mas a relação já foi melhor, existindo um clima de desconfiança e protagonismo.”*

Um dos entrevistados reconhece a importância de estabelecer parcerias, referindo que a COFERPOR *“é uma associação que tem condições para o seu estabelecimento em várias áreas, nomeadamente, social e cultural com outras entidades do concelho, como sejam Autarquias, as coletividades e outras cooperativas, de forma a dinamizar o seu trabalho”* - elemento 6 da COFERPOR.

É, sem dúvida essencial que se estabeleçam parcerias efetivas, de diferente natureza, de forma a promover o Desenvolvimento Local da comunidade. Assim como, que se retomem as parcerias estabelecidas anteriormente.

e) Impacto na Comunidade

No que respeita aos impactos na comunidade, foram analisados impactos diretos e impactos indiretos. No que se refere a impactos indiretos na comunidade, todos os entrevistados da COFERPOR e externos à COFERPOR consideraram que a sua intervenção tem diferentes efeitos na comunidade.

Todos os impactos apontados são classificados pelos entrevistados como contributos para o desenvolvimento do concelho do Entroncamento e podem ser agrupados em três pontos, a criação de entidades, a dinamização económica, (diversificação das atividades económicas, criação de emprego) maior educação (criação de escolas) e a promoção do concelho (atratividade do território).

Em termos mais específicos, em cada um dos contributos do trabalho desenvolvido pela COFERPOR, encontramos diferentes efeitos. Vejamos:

Área de efeitos	Principais Efeitos Observados
Dinamização Económica	<p>“O maior contributo da ação da COFERPOR foi a influência indireta que teve e continua a ter, na comunidade e no concelho. Ao mesmo tempo a que se assistiu ao crescimento da zona habitacional, proporcionada pela COFERPOR, também se assistiu à construção de instituições e organismos importantes, como as escolas e o centro hospitalar. Proporcionou, desta forma, a promoção do que é hoje o concelho do Entroncamento.” - elemento 1 da COFERPOR.</p> <p>“Quanto a impactos indiretos, posso dizer que a criação de entidades à volta se deram com o crescimento das habitações, cerca de 90% das entidades surgiram depois ou durante a construção dos fogos habitacionais (...) Estes factos orgulham a população e permitem a aquisição de identidade própria.” - elemento 2 da COFERPOR.</p>
Maior Educação	<p>“(…) é de ressaltar, no que respeita a impactos indiretos, que toda a zona Sul do Entroncamento se desenvolveu e cresceu significativamente após a construção das primeiras habitações, com particular relevância a escola Ruy de Andrade” - elemento 5 da COFERPOR.</p> <p>“Antes de tudo, o desenvolvimento deste bairro, a construção do Ciclo Preparatório e dos serviços envolventes. Depois, estou convencido que toda a população conhece a cooperativa e sabe onde fica o bairro.” - elemento 1 externo à COFERPOR.</p>
Promoção do Concelho	<p>“Não tenho muito conhecimento sobre o assunto, mas teve um impacto positivo, principalmente no desenvolvimento da parte Sul do Entroncamento”- elemento 4 externo à COFERPOR.</p> <p>“Bem enquanto cooperativa de habitação, satisfez uma grande necessidade, a criação de habitações a bom preço, o que permitiu o crescimento da zona Sul do Entroncamento.” - elemento 2 externo à COFERPOR.</p>

Ao nível de impactos diretos, tantos os elementos internos à COFERPOR, como os elementos externos referem o aumento da zona habitacional e, conseqüentemente, a dinamização do concelho como principal efeito direto na comunidade.

Relativamente à projeção destes impactos na comunidade, todos os elementos externos à COFERPOR consideram que a cooperativa teve um impacto positivo na sociedade, ao nível da satisfação de uma necessidade, a de habitação social.

Capítulo IV – Conclusões

Este estudo foi consubstanciado por um quadro teórico em torno das diferentes versões de Economia Solidária, utilizando especificamente o conceito de Economia Solidária proposto pela versão francófona, definida por Jean Louis Laville, o qual considera que existem dois elementos que se constituem como princípios delimitadores e que devem estar presentes nas diferentes iniciativas, para que seja possível falar em Economia Solidária. E, por outro lado, pelo estudo de caso de uma cooperativa de habitação económica, a COFERPOR, que intervém num concelho de grande densidade populacional, o concelho do Entroncamento.

A investigação realizada pretendeu analisar e compreender os princípios da Economia Solidária e relacioná-los com os princípios da cooperativa em estudo e verificar se a intervenção da COFERPOR é coerente com o conceito de Desenvolvimento Local, mais precisamente, se demonstra resultados que respondam às necessidades da população, revelando-se como um fator de promoção de Desenvolvimento Local.

Após ter sido efetuada uma primeira recolha de informação através do método qualitativo, a análise documental, foram efetuadas várias entrevistas exploratórias, de forma a identificar as dinâmicas socioeconómicas da cooperativa selecionada. Aplicando a metodologia de análise de conteúdo foi possível caracterizar, de forma geral, a COFERPOR, de modo a estabelecer relações virtuosas com as práticas da Economia Solidária.

Relativamente às hipóteses formuladas, estas serviram de instrumentos de trabalho que colocaram em interação a teoria e a verificação empírica, constituindo um guião de trabalho, ora orientando a pesquisa, ora orientando a recolha de dados.

O quadro teórico foi fundamental para a investigação a realizar, definindo *à priori* as dimensões de análise a serem trabalhadas e servindo de fio condutor à investigação. A análise dos dados empíricos permitiu confirmar, em alguns aspetos, as hipóteses formuladas. Por um lado a intervenção da COFERPOR é coincidente, na versão francófona, com os princípios essenciais. Por outro lado, o trabalho desenvolvido pela COFERPOR responde às necessidades da população, contribuindo, em parte, para a promoção do Desenvolvimento Local.

Em termos de caracterização, a COFERPOR é equiparada, no seu enquadramento jurídico, ao ramo das cooperativas de construção e habitação e rege-se através de estatutos e pela legislação aplicável às cooperativas em geral e, em particular, às do seu ramo.

A COFERPOR surgiu como resposta a uma necessidade da comunidade, a falta de habitação social, sendo o seu principal objetivo satisfazer necessidades habitacionais dos seus membros. Após a satisfação desta primeira necessidade, tendo a sociedade onde se encontra inserida evidenciado outras necessidades, alterou os seus objetivos e passou a dedicar-se à gestão de condomínios e a oferecer à sociedade um estabelecimento na área da restauração, a preços

sociais. No entanto, a sua atividade estende-se para além da satisfação de necessidades habitacionais, ou de gestão de condóminos dos seus membros, na medida em que responde, sempre que lhe é possível, dentro da lei, às necessidades urgentes da comunidade local. Portanto, apesar de ter nascido como resposta a um problema social da população local, foi capaz de submeter os seus primeiros objetivos aos reais interesses da comunidade. Desta forma, pode-se afirmar que a cooperativa representa um papel importante na resolução de problemas sociais.

Quanto aos seus princípios, podemos caracterizar a cooperativa tendo em conta os sinais identitários dos seus membros, apontadas pelos entrevistados, nomeadamente, autoajuda, solidariedade, democracia, responsabilidade, justiça, interesses em comum e luta pelos seus direitos.

Relativamente à esfera económica, a COFERPOR articula diferentes lógicas na sua ação, através de múltiplas fontes de captação de recursos, nomeadamente, mercantil, não mercantil e não monetária. Relativamente aos recursos mercantis, fazem parte a venda de produtos, como é exemplo, o arrendamento das suas instalações e a prestação de serviços, como por exemplo a gestão de condomínios. No que respeita ao serviços não-mercantis, apesar de a cooperativa não ter qualquer protocolo com o Estado, beneficia de apoios fiscais, designadamente, ao nível IMI e IMT da Sede Social, consoante os resultados, por prestar um serviço público de utilidade social. Por fim, os recursos não-monetários, que se traduzem no trabalho dos vinte e quatro voluntários da cooperativa que detém um papel fundamental na prossecução da atividade da cooperativa.

Desta forma, uma constatação é possível, a articulação entre os três elementos contribui para a sustentabilidade da cooperativa, que poderá servir de modelo para outras cooperativas do mesmo ramo.

No que concerne à esfera política a COFERPOR obedece a uma gestão democrática, os órgãos sociais são eleitos em Assembleia Eleitoral, todas as deliberações são tomadas democraticamente e transmitidas aos membros utilizando, para esse fim, meios de informação diversificados. Relativamente ao número de Assembleias, realizam-se duas por ano, mas sempre que se justificar podem realizar-se outras. No entanto, são poucos os membros que participam nas Assembleias, a participação ronda aproximadamente os 12%. Esta situação revela que as estratégias de promoção da vida democrática dos membros são pouco eficazes e necessitam de reforço.

Relativamente à intervenção na comunidade, apesar de a cooperativa ter um papel importante na resolução de problemas e mobilizar, para o efeito, diferentes tipos de recursos provenientes da comunidade, o envolvimento com a população é fraco e resulta de contatos informais e esporádicos. Neste âmbito, a COFERPOR tem conseguido renovar-se e inovar, ao nível da prestação de serviços. Desde 2003 passou a gerir condomínios e, de forma a incentivar a participação da população nas suas ações e chegar mais perto da mesma, aderiu às redes sociais, nomeadamente ao *Facebook*. Todavia, é necessário fazer mais, apostar noutros projetos, noutros produtos, tendo em conta as necessidades da população, como por exemplo, Formação

Profissional e arranjar novas formas de envolver a população, realizando ações em que em vez de meros assistentes sejam participantes.

Sumariamente podemos dizer que a COFERPOR contém em si os princípios da Economia Solidária, pela afirmação da dimensão política na sua ação e por conter uma lógica de pluralidade de recursos económicos que caracterizam estas iniciativas.

Quanto à segunda hipótese confirmada, é de salientar que, apesar de todos os princípios integrarem a metodologia de intervenção, alguns são mais trabalhados e conseguidos do que outros. De todos os princípios analisados, a participação da população e o trabalho em parceria são aqueles que são menos conseguidos na intervenção da COFERPOR, consequência da fraca capacidade de mobilização e da fraca participação da população local, assim como, da pouca cultura de parceria. Desta forma, o grau de participação da população e o trabalho em parceria não assumem as proporções desejadas e defendidas em termos teóricos. No que se refere ao princípio da participação, a tipologia de encontro é frequentemente a informal e acontece de forma esporádica.

Por sua vez o trabalho em parceria surge também como um princípio frágil. As dificuldades são motivadas por vários fatores, nomeadamente, o envolvimento político-partidário e a procura de protagonismo por parte das entidades. Estas fragilidades comprometem o processo de desenvolvimento do Concelho do Entroncamento e da Cooperativa. Desta forma é possível questionar: Que estratégia devem ser adotadas para a cooperativa conseguir realizar parcerias? Como é possível ultrapassar constrangimentos em torno do trabalho em parceria? Será que a COFERPOR é vista como uma ameaça política para a Autarquia Local, ou para outras entidades locais?

Esta preocupação surge porque a participação local e as parcerias são dois princípios essenciais do Desenvolvimento Local, na medida em que representam o envolvimento da população local e das entidades locais, independentemente da sua natureza pública ou privada. Desta forma, é necessário que a COFERPOR e outras entidades locais se organizem e trabalhem com parcerias concretas e que consigam a mobilização e a participação da população para ocorrerem processos de desenvolvimento e, conseqüentemente, possa surgir uma unidade local.

Mais conseguido é o princípio da mobilização das capacidades locais. O trabalho da COFERPOR concentra-se numa comunidade humana com uma identidade própria, mas é necessário reforçar a proximidade com a população, para que alcance dois objetivos, nomeadamente, uma maior mobilização e participação da comunidade e o reconhecimento do seu trabalho.

No entanto, apesar das fragilidades dos princípios anteriores, a intervenção da COFERPOR é benéfica e deve ser considerada pelo trabalho desenvolvido em torno dos princípios da satisfação das necessidades, da utilização de recursos exógenos e do impacto na comunidade.

O princípio da satisfação das necessidades integra a metodologia de trabalho da COFERPOR, sendo possível constatar que a cooperativa responde à satisfação de necessidades e problemas sentidos, tendo em conta as suas capacidades e respeitando a lei. Durante o decorrer da investigação, foi possível identificar diferentes tipologias de necessidades satisfeitas, designadamente: necessidades habitacionais, necessidades económicas e necessidades educativas.

Na satisfação de necessidades e problemas a COFERPOR mobiliza recursos endógenos e exógenos, numa perspetiva de melhorar os resultados da sua intervenção. Ao nível da priorização de recursos, existe uma priorização da utilização de recursos endógenos, sendo os recursos exógenos utilizados porque não existem no território.

No que respeita ao princípio da diversidade de caminhos, a análise empírica realizada permitiu verificar que a COFERPOR revela capacidade de adaptação a novas situações, a qual se caracteriza pela renovação das suas áreas de trabalho e pelo seu papel e atenção na resposta às necessidades da população. No âmbito da sua intervenção para responder às necessidades da população local procura o apoio de outras entidades, nomeadamente da Autarquia Local.

Por último, o princípio de impacto tendencial em toda a comunidade, o qual foi identificado como resultado da intervenção da COFERPOR. A análise efetuada permitiu identificar alguns impactos ao nível da dinamização da economia local, reforço da educação e da maior atratividade e reforço da imagem do concelho. De todos, o impacto no território foi o mais salientado, resultado do trabalho da COFERPOR, no Entroncamento.

A investigação permitiu verificar que a COFERPOR atualmente não tem projetos e quanto aos projetos realizados, foram executados com a ajuda de organismos do Estado, nomeadamente, o Fundo de Fomento de Habitação e, mais tarde pelo Instituto Nacional de Habitação. Todavia, a COFERPOR consegue manter a sua autonomia e sustentabilidade, de forma a fazer face às necessidades básicas de funcionamento, o que acontece graças ao trabalho e esforço da equipa e dos voluntários e do aproveitamento dos recursos disponíveis.

Na questão de procura da sustentabilidade e autonomia a COFERPOR poderá servir como um bom exemplo para outras cooperativas porque, por um lado, tem procurado renovar e inovar-se em termos de serviços oferecidos à população, como é exemplo, a gestão de condomínios, o bar/bufete a preços sociais, a realização de eventos direcionados à população, ainda que estes últimos ocorram esporadicamente. Também ao nível das estratégias de divulgação, tem procurado novas formas de chegar à população, principalmente ao público mais jovem, através das redes sociais.

Este ponto pode gerar controvérsia e discussão, no entanto, na nossa opinião a sustentabilidade das cooperativas e dos projetos que desenvolvem apenas é possível com o acesso a recursos financeiros e, tendo em conta a perspetiva atual de diminuição dos apoios nacionais e

comunitários, as cooperativas, se quiserem manter a sua intervenção local, terão de conseguir mobilizar recursos financeiros.

O trabalho efetuado pela COFERPOR no Entroncamento é protagonizado há 37 anos, com avanços e recuos, caracterizando-se pela sua capacidade de renovação e inovação, desenvolvendo uma atividade diversificada, com efeitos na comunidade. Este facto é reconhecido por todos os entrevistados, os quais consideram que a intervenção da COFERPOR como um fator importante para promoção do concelho do Entroncamento.

Apesar da sua potencialidade, a cooperativa apresenta limitações, nomeadamente, dificuldades em levar à prática a participação e a mobilização da comunidade; ausência de projetos e falta de parcerias efetivas.

Considerando que o território e a população do concelho do Entroncamento é possível desenvolver algumas recomendações, ao nível do papel da COFERPOR.

- Incentivar as diferentes entidades locais a estreitar e a fortalecer relações de parceria a nível local, numa lógica de cooperação e solidariedade,
- Promover a participação e o envolvimento da população nos processos, ou seja, é essencial que a COFERPOR estreite o contato com a população e crie mecanismos que levem a uma mudança de comportamento de uma maior mobilização da população na resposta e resolução dos seus problemas e necessidades.
- Dar maior visibilidade ao trabalho realizado, junto da comunidade e das entidades locais, para que percebam claramente o que faz e sua importância.
- Procurar realizar projetos e estabelecer parcerias noutras vertentes, tendo em conta as necessidades da população.
- A comunidade local deve assumir uma atitude de corresponsabilização no processo de desenvolvimento e adquirir um papel de cidadão mais participativos e pró-ativos, na procura de soluções para os seus problemas e necessidades, através de um maior envolvimento com a cooperativa e outras entidades locais.

Recomenda-se um estudo mais aprofundado do impacto da cooperativa na comunidade, de forma a perceber o real contributo desta cooperativa na sociedade onde se encontra inserida, assim como de outras cooperativas, através de uma metodologia que permita a comparação entre regiões/localidades de forma a caracterizar o panorama nacional. Aferir, ainda as suas potencialidades e limitações, contribuindo para a resolução de problemas sociais, como a pobreza e a exclusão social.

Esta reflexão contribuiu, portanto, para a sistematização da informação sobre o conceito de Economia Solidária e sobre os princípios Cooperativos, promovendo o acesso à informação para futuras investigações nesta área e neste setor de atividade.

Este estudo poderá ser o ponto de partida para futuras investigações, abrindo caminho a várias perspectivas que poderão ser exploradas em futuras investigações e servir de estímulo à adoção de práticas solidárias em várias organizações da sociedade civil, em particular, às cooperativas do ramo da construção e habitação.

Bibliografia

Albino, José Carlos (2004), *Contributo para a história o Desenvolvimento Local em Portugal*, Vialonga, Animar (online) disponível em:

http://www.zoom.org.pt/qualificacao/src_cdroms/novos_conceitos_praticas/recursos_complementares/Livro_Animar.pdf

Almeida, J. e Pinto (1976) *A Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Estampa.

Hespanha, P. et al (coord.) (2009), *Dicionário da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.

Amaro, Rogério (2000) “O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento”, em Esdime, *Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e pistas para o Desenvolvimento Local*, Messejana, Esdime Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste pp. 155-169.

Amaro, Rogério (coord.) (2001) “Não à Pobreza – A Inclusão pela Economia”, Porto, Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Amaro, Rogério (2003) “Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e Da Prática à Teoria” *Economia Solidária Contributos Para um Conceito*, CEA.

Amaro, Rogério Roque e Madelino, Francisco (2004) – “Economia solidária – Contributos para um conceito” edição no âmbito do Projecto CORES (MAC/3.1./C24), iniciativa comunitária INTERREG-III B, Funchal.

Amaro, Rogério (2009), “Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito”, Revista Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico (ACEESA), *Economia Solidária, Apresentação do conceito*, 0, Maio.

Amaro, Rogério (2009b), “Desenvolvimento Local”, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 96-102.

Anon (2003), *Estatutos*, Cooperativa de Habitação Económica Ferroviários de Portugal, Entroncamento (*sine nomine*)

Barros, Carlos e Santos, J.C. (1999), *Cooperativismo, Emprego e Economia Social*, Lisboa, Editora Vulgata, Lda.

Borges, Catarina (2010), *A Economia Solidária e a Responsabilidade Social na Promoção do Desenvolvimento Sustentável – Análise da Região Autónoma dos Açores*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), *A Economia Social na União Europeia*, Comité Económico Social Europeu.

Eme, B., Laville, Jean-Loius (1996) “Economie Plurrielle, économie solidaire: precisions et complements” *La Revenue du Mauss*, Semestrielle.

Esdime, *Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*. Messejana: Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste, 2000.

Estivill, Jordi (2003), *Panorama da Luta contra a Exclusão Social, Conceitos e Estratégias*, Génèbra BIT/STEP.

- Ferreiro, Maria de Fátima, (2010) “Humanidade e pluralidade: a economia social em perspetiva” Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. *Revista Dirigir*, nº 109, pp. 3-6.
- França Filho, Genauto (2002) *Terceiro Sector, Economia Social e Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras concetuais*, Bahia Análise e Dados, Salvador, 12 (1), pp. 9-19.
- França Filho, Genauto e Laville Jean-Louis (2004), *Economia Solidária - Uma Abordagem Internacional* Editora da UFRGS, Porto Alegre, Editora UFRGS.
- França Filho, G. e Laville Jean-Louis (2005), *Action Publique et Economie Solidaire: Une Prespective Internationale*, Toulouse: Eres.
- Henriques, José Manuel (1990) *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*, Lisboa : Escher Publicações.
- Cunha, Gabriela e Santos, Aline “Economia Solidária e Pesquisa em ciência Sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos”, em *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*, Coimbra, Almedina.
- Laville, Jean-Louis (org.) (2004), *Economia Social e Solidaria, Uma Visão Europeia*, Editorial Altamira.
- Laville, Jean-Louis (2009a), “A Economia Solidária: Um movimento Internacional” *Revista Crítica de Ciências Sociais, Os desafios da Economia Solidária*, 84, Coimbra.
- Laville, Jean-Louis, Gaiger, Luiz Inácio (2009b) “Economia Solidária”, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 162-168.
- Lima, Marinús Pires de (1987) *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, 3ª edição Lisboa, Editorial Presença.
- Lisboa, Armando (2000) *A Crítica de Karl Polanyi à Utopia de Mercado*, SOCIUS, Lisboa.
- Macpherson, Ian (1996) *Princípios Cooperativos para o século XXI*, Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Lisboa.
- Guerreiro, Marta (2008), *Associações de Desenvolvimento Local: Que Contributo para o Desenvolvimento Local? O estudo de caso da ADPM*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE.
- Namoro, Rui (2009) “Para uma economia solidária – a partir do caso português” *Revista Crítica de Ciências Sociais, Os desafios da Economia Solidária*, 84, Coimbra.
- Polanyi, k. *La Grand transformation: Aux origins politiques et économiques de notre temps*, Paris: Gallimard, 1983.
- Quivy, Raymond e Chapenhoudt, Luc Van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1ª edição, Lisboa, Gradiva.
- Singer, Paul (1997) “Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo-proposta” *Revista Trimestral de Debates*, São Paulo, FASE.
- Singer, Paul e Souza, André Ricardo (Org) (2000) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, São Paulo: Contexto, 2000, Coleção Economia.
- Singer P. (2002), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- Vala, Jorge (2005), “A Análise de Conteúdo”, em Silva, A. E Pinto J. *Metodologia das Ciências Sociais*, 13ª edição, Porto, Edições Afrontamento.

Sites da Internet Consultados:

http://www.animar_dl.pt

<http://www.ceesa-mac.org>

<http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/ecosolv1.pdf>

<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>

Anexos

Anexos 1. Quadros estatísticos de caracterização da COFERPOR

Quadro 1 – Categoria profissional dos fundadores da COFERPOR

Categoria Profissional	Fundadores
Formador CP	2
Operário CP	5
Maquinista CP	1
Eletricista CP	1

Quadro 2 – Situação face ao emprego dos órgãos sociais da COFERPOR

Situação face ao emprego	Órgãos Sociais	(%)
Empregados	11	52%
Reformados	10	48%
Desempregados	0	0%
Outra	0	0%
Total	21	100%

Quadro 3 – Habilitações literárias dos órgãos sociais da COFERPOR

Habilitações Literárias	Órgãos sociais	(%)
1º Ciclo	0	0,00%
2º Ciclo	16	38,10%
3ºCiclo	2	4,76%
Secundário	0	0,00%
Licenciatura	3	7,14%
Total	21	100%

Quadro 4 – Habilitações literárias dos funcionários da COFERPOR

Habilitações Literárias	Funcionários da COFERPOR	(%)
1º Ciclo	1	10,0%
2ºCiclo	0	0,0%
3º ciclo	3	30,0%
Secundário	1	10,0%
Licenciatura	0	0,0%
Total	5	100%

Quadro 5 – Número de fogos habitacionais por fase de construção

Obras Realizadas					
Fase	Nº de fogos	Início	Fim	Financiamento	Construtor
1ª fase	48	01-08-1975	1977	F.F.H.	URBETAL
2ª fase	64	01-07-1976	1977	F.F.H.	URBETAL
3ª fase	160	01-07-1977	1979	F.F.H.	URBETAL
4ª fase	72	01-08-1984	1986	I.N.H.	URBETAL
5ª fase	68	01-08-1986	1988	I.N.H.	Silv.&Melro
6ª fase	80	01-08-1987	1988	I.N.H.	Silv.&Melro
7ª fase	96	01-08-1988	1989	I.N.H.	Silv.&Melro
8ª fase	24	01-10-1992	1994	I.N.H.	Silv.&Melro
Sede Social		15-12-1992	1994		CONSTRUMÂNDIO

Anexo 2. Guião do inquérito por entrevista aplicado a pessoas internas à COFERPOR

A. Caracterização da COFERPOR por parte dos dirigentes e dos membros

1. Fale-me um pouco sobre a história da COFERPOR, indicando as principais incidências históricas (Quando foi criada e com que objetivo).
2. Como analisa o papel desempenhado pela COFERPOR, enquanto Cooperativa de Habitação?
3. Na sua opinião os membros da COFERPOR têm uma identidade própria? Que sinais identitários identifica?
4. Atualmente quantos sócios tem a cooperativa? No último ano, quantos entraram e quantos saíram?
5. Que tipo de serviços presta a COFERPOR? Atualmente, que projetos tem a COFERPOR em curso?
6. Existem parcerias? Se sim, fale um pouco das parcerias e do seu papel.
7. Fale-me um pouco como é garantida a sustentabilidade e autonomia da Cooperativa e dos projetos iniciados.

B. Perceção dos dirigentes e dos membros sobre os recursos económicos da COFERPOR.

8. A COFERPOR tem protocolos com o Estado? Qual a sua natureza?
9. Atualmente, quantos voluntários tem a Cooperativa? Qual o seu papel?
10. Qual a dimensão social da Cooperativa? Como a realiza?

C. Avaliação da dimensão política da cooperativa.

11. Fale-me um pouco de como são tomadas as decisões e de que formas são transmitidas aos membros.
12. Que estratégias são tomadas para promover a o contato com a população?
13. A COFERPOR tem conhecimento dos problemas da comunidade? Que posição toma sobre esses problemas?
14. A COFERPOR participa em ações políticas com outras organizações? Dê exemplos.
15. A COFERPOR promove a vida democrática dos seus associados? De que forma?
16. Quantas assembleias são realizadas por ano? Quantos sócios participam?
17. Tem havido renovação dos órgãos sociais? Se sim, com que percentagem média? Se não porquê?

D. Conceção dos dirigentes e dos membros sobre o impacto da COFERPOR na Comunidade.

18. A COFERPOR promove o contato com a população? De que forma são realizados esses encontros? Com que periodicidade?
19. Que estratégias são implementadas para promover a participação da população?
20. Existem projetos em curso que envolvam a comunidade? Fale-me um pouco sobre eles.
21. São utilizados recursos humanos da comunidade? Qual o seu papel?
22. A COFERPOR aproveita outros recursos provenientes da comunidade? Apresente alguns exemplos.
23. De que forma a COFERPOR responde a necessidades essenciais da comunidade.
24. De acordo com a sua posição, quais têm sido os impactos diretos e indiretos na comunidade, como resultado da intervenção da COFERPOR?

Anexo 3. Guião do inquérito por entrevista aplicado a observadores privilegiados

A. Caracterização da COFERPOR

1. Como analisa o papel desempenhado pela COFERPOR enquanto Cooperativa de Habitação Económica?
2. Na sua opinião os membros da COFERPOR têm uma identidade própria? Que sinais identitários identifica?

B. Nível de conhecimento dos projetos e nível de participação

3. Que serviços presta a COFERPOR à Comunidade
4. Conhece algum projeto da COFERPOR?
5. Já participou em algum projeto promovido pela COFERPOR? Fale um pouco sobre ele e do seu papel.

C. Conceção sobre o impacto da COFERPOR na Comunidade

6. Do seu ponto de vista, quais têm sido os impactos na sociedade resultantes do trabalho desenvolvido, ao longo do tempo, pela COFERPOR?
7. No geral, como avalia o trabalho desenvolvido pela COFERPOR?
8. Sabe se a COFERPOR tem desenvolvido parcerias com outras organizações ou entidades locais? Se sim, em que projetos ou situações?

Anexo 4. Grelha de Análise de Conteúdo

Componentes de análise	Indicadores	Categorias	Sub-categorias	Unidades de Registo
Missão da COFERPOR	Origem da COFERPOR	Génese		<p>“ (...) a COFERPOR nasceu através de um grupo de Ferroviários que queria ter uma casa, mas que não tinha meios económicos suficientes para isso”- elemento 1 da COFERPOR</p> <p>“(…)em 1975 surgiu a COFERPOR, com o intuito de criar habitações sociais, para quem precisasse de uma casa, a baixo custo, com o lema, <i>Mais e Mais além.</i>” elemento 2 da COFERPOR</p> <p>“A intenção de criar a cooperativa surgiu das dificuldades que existiam na altura, na aquisição de habitação” – elemento 4 da COFERPOR.</p> <p>“Primeiramente, com o papel de construção (1975), o objetivo era a criação de habitação social, o que representou um papel muito importante (...) No entanto, foi muito importante, resolveu-se o problema de cerca de 600 famílias carenciadas” - elemento 1 externo à COFERPOR.</p> <p>“Quando iniciou a sua atividade teve um impacto muito significativo na comunidade oferecendo um bem a baixo custo, assim como resolvendo um grande problema da altura, a falta de habitação” - elemento 3 externo à COFERPOR.</p>
	Identidade dos membros da cooperativa			Sinais identitários

Dimensão Económica	Recursos que resultam da contratualização com o Estado	Protocolos com o Estado	"Não tem protocolos com o Estado" - resposta de todos os entrevistados internos da COFERPOR. Mas os elementos 2 e 3 referiram que já existiram protocolos com o Estado
		Natureza dos Protocolos	"Presentemente a COFERPOR não tem nenhum protocolo com o Estado. Os benefícios que do Estado advém, são poucos ou quase escassos, decorrem da lei e situam-se no campo fiscal, apenas no IMI da sua sede social." - elemento 6 da COFERPOR " Atualmente não existem protocolos com o Estado. No entanto já existiram, através do organismo Fundo de Fomento de Habitação, ao nível dos empréstimos e também o apoio da Câmara Municipal para a realização das primeiras Assembleias Gerais de Sócios" - elemento 2 da COFERPOR
	Recursos que resultam da contratualização com o Voluntários	Nº de voluntários	"25 voluntários" - resposta de todos os entrevistados internos da COFERPOR
		Funções dos voluntários	"Posso dizer que todos os corpos sociais são voluntários, assim como os numerários. Mais concretamente, cerca de 25 pessoas, é amor à camisola" - elemento 1 da COFERPOR "Todos os corpos sociais são voluntários, ou seja, existem 21 membros pertencentes à Direção e 4 que dirigem o bar" - elemento 3 da COFERPOR
	Recursos que resultam da participação no mercado e outros	Formas de sustentabilidade de cooperativa	"Através dos serviços prestados, mais precisamente, a gestão de 79 condomínios, também pelo valor administrativo que cada um dos sócios e não sócios paga e, ainda que não se possam contar sempre com isso, pela rentabilização dos espaços" - entrevistado 3 da COFERPOR.

Dimensão Política	Formas de tomada de decisão	Natureza das decisões		<p>"todas as deliberações são tomadas em assembleias. Existem duas assembleias gerais por ano (...) Depois, bianualmente realiza-se uma assembleia eleitoral, para eleger os novos corpos sociais" - entrevistado 1</p> <p>"Nesta cooperativa as decisões são tomadas de forma democrática, ou seja, nas reuniões."-elemento 3</p>
		Formas de transmissão das decisões		<p>"Quem não puder estar presente nas reuniões é posteriormente informado por carta, ou na secretaria da COFERPOR." - elemento 3 da COFERPOR</p> <p>"As decisões são tomadas democraticamente, através da Direção e transmitidas aos cooperadores nas Assembleias Gerais ou diretamente no balcão da Sede e através das informações escritas, afixadas na Sede" - elemento 6</p>
	Estratégias de intervenção na comunidade	Características da intervenção na sociedade	Envolvimento com a população	<p>"Para promover a contato com a população privilegiamos o contato pessoal e recentemente decidimos apostar na página de <i>Facebook</i>." - elemento 1 da COFERPOR</p>
			Capacidade de mobilizar recursos	<p>"Não são muitas as estratégias de contato com a população, mas temos invado, como é exemplo a criação da página de <i>Facebook</i>, que nos permite divulgar eventos e serviços e, é claro, a mensagem que passamos. Todavia, não é suficiente, é necessário apostar mais nesta área" -elemento 2 da COFERPOR</p> <p>"(...)no que diz respeito à comunidade envolvente, a cooperativa tenta ajudar de acordo com as suas possibilidades(...)ao nível da sociedade solucionar problemas como o estacionamento, limpeza de jardins ou a calçetada, através de iniciativa própria ou recorrendo a pedidos da Câmara e fazendo pressão nesse sentido" - elemento 3 da COFERPOR</p> <p>"Nos últimos anos temos tentado apostar mais na divulgação das nossas iniciativas, para que as pessoas possam participar ativamente e com esse objetivo, de chegar mais perto da população, surgiu a página de <i>Facebook</i>." -elemento 1 da COFERPOR</p>
			Capacidade de renovação e inovação	
	Representatividade da Direção e dos órgãos sociais	Promoção da vida democrática		<p>"Sim" - resposta de todos os elementos da COFERPOR "Indubitavelmente, outra coisa não seria de esperar de uma cooperativa que se preze e valorize o cooperativismo" -elemento 6 da COFERPOR</p>
Formas de promoção da vida democrática		<p>" (...) todos podem participar na vida política da COFERPOR e são incentivados a isso mesmo, através das assembleias gerais e pedidos de colaboração, por parte da Direção"- elemento 4 da COFERPOR</p> <p>"Todos os sócios podem participar ativamente nas Assembleias e reuniões mensais da Cooperativa. Também podem fazer parte dos órgãos sociais, basta demonstrarem interesse. E todos, sem exceção, são incentivados a participar nas eleições para os órgãos sociais, através do diálogo demonstrando a importância da sua participação ativa na vida da cooperativa" - elemento 6 da COFERPOR</p>		

		Nº de assembleias	"2 Assembleias Gerais por ano" - reposta de todos os elementos da COFERPOR "(...)realizam-se, pelo menos duas assembleias gerais por ano" elemento 3 da COFERPOR "Por mês realizam-se duas reuniões da Direção, mais precisamente, na primeira 3ª feira de cada mês e na terceira 3ª feira de cada mês."-elemento 1 da COFERPOR
		Nº de sócios participantes	"Depende muito, mas no geral participam cerca de 65/75 pessoas." - elemento 4 da COFERPOR "Nas Assembleias Gerais participam, em média, 60 pessoas (...)" elemento 2 da COFERPOR.
		Renovação dos órgãos sociais	" Normalmente, de dois em dois anos renovam-se os órgãos sociais. O que acontece é que, às vezes, permanecem alguns elementos com funções diferentes. Em percentagem, diria que se renova aproximadamente 60% dos órgãos sociais" - elemento 3 da COFERPOR "Sim, de dois em dois anos, através da Assembleia Eleitoral... Diria que com uma percentagem de 60/70%." - elemento 4 da COFERPOR "Sim, sim, sempre que se realizam eleições eleitorais, ou seja, bianualmente, têm de existir mudanças. A percentagem de renovação é elevada, na ordem dos 65% (...)" - elemento 6 da COFERPOR
Formas de contato com a população	Serviços prestados à comunidade	Tipologia das necessidades satisfeitas pela ação da COFERPOR	"Tudo o que diz respeito à comunidade envolvente, ou ao Bairro da COFERPOR temos um papel ativo. Temos o cuidado de ouvir as pessoas, perceber os seus problemas e agir em consonância com as suas necessidades, tendo em conta as nossas possibilidades." - elemento 3 da COFERPOR "(...)Por exemplo, sempre que existe algum problema no bairro tem o papel ativo na sua resolução, como aconteceu na introdução do gás natural, ou acontece na limpeza e manutenção de espaços público (...)" - elemento 4 da COFERPOR "(...) hoje, ajuda a comunidade dentro das suas possibilidades, a manter os espaços comuns limpos e arranjados e presta uns serviços de Bufete a população a preços sociais." - elemento 5 da COFERPOR
	Dimensão social da cooperativa	Resposta às necessidades essenciais da comunidade	"A dimensão da Cooperativa realiza-se por oferecer à população um bar Bufete aberto (...) Este bar tem à disposição café, chá e pequenas refeições a preços mais baixos"- elemento 1 da COFERPOR "Ao nível social, oferece um bar com preços acessíveis, os seus espaços como o pavilhão multiusos, ou uma das salas que atualmente está a ser usada por um grupo de senhoras que se encontraram para falarem e executarem seus trabalhos(...)" - elemento 3 da COFERPOR "Ao nível da habitação são 612 habitações, o bar/bufete e os espaços de que dispõem e disponibiliza à comunidade." - elemento 4 da COFERPOR.

Participação	Estratégias para promover a participação da população	Dinamizar projetos e iniciativas		"O facto de continuarmos a realizar eventos, nos quais toda a população pode participar" - elemento 2 da COFERPOR "(...)organizamos festas e eventos direcionados para a população" - elemento 4 da COFERPOR
		Existência de contato com a população		"Sim" - resposta de todos os entrevistados da COFERPOR, exceto um elemento que refere "já o fez mais do que faz hoje em dia, é preciso pensar em novas estratégias e em novos caminhos (...)" elemento 3 da COFERPOR.
		Tipologia do contato com a população	Encontros formais	"A COFERPOR realiza alguns eventos de diversa natureza, como Festas de passagens de anos, sessões de divulgação de trabalhos realizados pelo grupo "Trapos e Bonecas ", ou outros e Festas de comemoração do dia Mundial do Cooperativismo e de Aniversário da Cooperativa" - elemento 1 da COFERPOR
			Encontros informais	"Os contatos, são na maioria informais, através de uma ida ao café consegue-se falar com uma pessoa e a informação passa para a população, também através da publicidade deixada no Bar/Bufete, na carinha e na página oficial de <i>Facebook</i> (...)" - elemento 1 da COFERPOR
		Divulgação		"Nos últimos anos temos tentado apostar mais na divulgação das nossas iniciativas, para que as pessoas possam participar ativamente e com esse objetivo, de chegar mais perto da população, surgiu a página de <i>Facebook</i> ." - elemento 1 da COFERPOR "é preciso apostar na divulgação e ir de encontro à população" -elemento 6 da COFERPOR
		Envolver a Comunidade		"Nos últimos anos a COFERPOR, tem feito um esforço significativo para divulgar os seus eventos e serviços, para que as pessoas estejam informadas sobre o seu papel e, consequentemente, possam participar (...)" - elemento 5 da COFERPOR

Parceria	Existência de Projetos	Projetos dinamizados em Parceria		<p>"Não existem projetos" - resposta dada por todos os elementos da COFERPOR. Todavia, o elemento 2 referiu já terem existido parcerias de natureza pública e privada e o elemento 6 da COFERPOR refere a necessidade de estabelecer parcerias e sinaliza a realização de eventos dirigidos à comunidade:</p> <p>"Não, mas os eventos que organizamos são para toda a comunidade, como festas de passagens de ano e o dia Mundial do Cooperativismo (...) é uma associação que tem condições para o seu estabelecimento em várias áreas, nomeadamente, social e cultural com outras entidades do concelho, como sejam Autarquias, as coletividades e outras cooperativas, de forma a dinamizar o seu trabalho".</p> <p>"Atualmente não existem parcerias nem com entidades públicas, nem com entidades privadas. Existe uma boa relação com a Câmara Municipal, mas a relação já foi melhor, existindo um clima de desconfiança e protagonismo." - elemento 3 da COFERPOR.</p>
		Tipologia das entidades parceiras	Pública	não se aplica
			Privadas com e sem fins lucrativos	não se aplica
Capacidades Locais	Recursos Humanos da Comunidade	Recursos Humanos		<p>"(...)os funcionários da cooperativa e os voluntários, são os recursos humanos que a COFERPOR utiliza (...) " - elemento 2</p> <p>"Sim, os voluntários dos órgãos sociais e do Bar (...) os primeiros têm a responsabilidade de manter a cooperativa, preservando os valores cooperativos e, os segundos, prestam todo o tipo de serviço ligado ao estabelecimento." - elemento 4</p> <p>"Os recursos humanos da comunidade dizem respeito ao voluntários que tem como função gerir a cooperativa e promover o espírito cooperativista." - elemento 5 da COFERPOR</p>
	Outros recursos provenientes da Comunidade	Recursos Materiais		"Quanto a recursos materiais, expomos trabalhos de diversos autores, desde telas a trabalhos manuais (...) " - elemento 5 da COFERPOR.
		Recursos Financeiros		<p>"Neste momento não existe qualquer apoio financeiro por parte da Autarquia, ou de outra entidade local, para apoiar a COFERPOR" - elemento 1 da COFERPOR</p> <p>"Não existem apoios ao nível financeiro(...)" - elemento 2 da COFERPOR</p>
		Recursos Naturais		"Quanto a recursos naturais, só os que dizem respeito ao património paisagístico, que torna este bairro tão atrativo" - elemento 6 da COFERPOR
		Prioridade de utilização		"Os recursos locais são sempre preferidos, só recorremos aos de fora quando os de dentro não conseguem dar respostas às necessidades. - elemento 2 da COFERPOR

Impacto na Comunidade	Efeitos indiretos na Comunidade	Criação de entidades	<p>“O maior contributo da ação da COFERPOR foi a influência indireta que teve e continua a ter, na comunidade e no concelho. Ao mesmo tempo a que se assistiu ao crescimento da zona habitacional, proporcionada pela COFERPOR, também se assistiu à construção de instituições e organismos importantes, como as escolas e o centro hospitalar. Proporcionou, desta forma, a promoção do que é hoje o concelho do Entroncamento.” -elemento 1 da COFERPOR</p> <p>“Quanto a impactos indiretos, posso dizer que a criação de entidades à volta se deram com o crescimento das habitações, cerca de 90% das entidades surgiram depois ou durante a construção dos fogos habitacionais(...)Estes factos orgulham a população e permitem a aquisição de identidade própria.”- elemento 2 da COFERPOR</p> <p>“(…)é de ressaltar, no que respeita a impactos indiretos, que toda a zona Sul do Entroncamento se desenvolveu e cresceu significativamente após a construção das primeiras habitações, com particular relevância a escola Ruy de Andrade” -elemento 5 da COFERPOR</p> <p>“Antes de tudo, o desenvolvimento deste bairro, a construção do Ciclo preparatório e dos serviços envolventes. Depois, estou convencido que toda a população conhece a cooperativa e sabe onde fica o bairro.” - elemento 1 externo à COFERPOR</p> <p>“Não tenho muito conhecimento sobre o assunto, mas teve um impacto positivo, principalmente no desenvolvimento da parte Sul do Entroncamento”- elemento 4 externo à COFERPOR</p>
	Dinamização económica		
Maior educação			
Promoção do concelho			
	Conceção do impacto na comunidade	Projeção da imagem na comunidade	<p>“Bem enquanto cooperativa de habitação, satisfiz uma grande necessidade, a criação de habitações a bom preço, o que permitiu o crescimento da zona Sul do Entroncamento.”- elemento 2 externo à COFERPOR</p> <p>“O trabalho é positivo, inicialmente responderam a uma necessidade, a ausência de habitações e atualmente oferecem bons serviços à comunidade, através da realização de eventos que permitem a convívio, assim como, o Bar e os serviços de gestão de condomínios, a preços mais baixos comparativamente ao mercado.” - Elemento 3 externo à COFERPOR</p> <p>“Foi um projeto interessante, no início, que veio colmatar uma necessidade da comunidade, a falta de habitação e, conseqüentemente, permitiu o desenvolvimento daquela zona do Entroncamento (...)”- elemento 4 externo à COFERPOR</p>

Anexo 5. Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

Mónica Sofia Maio Leitão Ramos

✉ monicasofia257@hotmail.com

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 01 de Abril 2013 – Presente **Apoio Psicopedagógico – Centro de Recursos**
CoopTécnica Gustave Eiffel, Entroncamento
Intervenção e orientação no ato da matrícula
Apoio administrativo
Entrevista de Seleção e Recrutamento
Encaminhamento para ofertas de educação e formação que melhor se adequem ao perfil e às necessidades, motivações e expectativas de cada jovem
Relatórios técnicos dos candidatos
- 15 de Março 2010 – 30 de Março de 103 **Profissional de RVC**
Centro Novas Oportunidades Gustave Eiffel, Entroncamento
Acompanhar e Apoiar os adultos na construção de Portefólio Reflexivo de Aprendizagem
Identificar as necessidades de formação
Organizar e preparar os júris de certificação
- 01 de Novembro 2012 – 01 de Dezembro 2012 **Formadora nas áreas de Sociologia e de Área de Integração**
Escola Profissional Gustave Eiffel, Entroncamento
Ministração de aulas de Sociologia e Área de Integração
Preparação e concretização de aulas e atividades nestas desenvolvidas
Interação cultural com os alunos
Dotar os alunos de conhecimentos nas áreas de Cidadania e Empregabilidade e Sociologia
- 19 de Janeiro 2012 – 30 de Março 2012 **Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento**
Centro de Novas Oportunidades Gustave Eiffel, Entroncamento
Encaminhamento para ofertas de educação e formação que melhor se adequem ao perfil e às necessidades, motivações e expectativas de cada adulto
- 21 de Maio 2008 – 30 de Junho 2009 **Caixeira Ajudante**
ZARA, Inditex, Amadora
Abertura de Loja
Atendimento e apoio ao cliente TRAFALUC
Organização de armazém

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

25 de Outubro 2005 – 31 de Maio 2008	<p>Licenciatura em Sociologia 13 valores</p> <p>ISCTE-IUL, Lisboa</p> <p>Domínio Geral: Teorias Sociológicas, Análise de Dados, Estatística, Métodos Quantitativos, Comunicação e Economia.</p> <p>Domínio Específico: Competências ao nível do trabalho científico.</p> <p>Conhecimento dos problemas da modernidade, através do conhecimento do mundo social.</p> <p>Entendimento do comportamento humano em função do meio e dos processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições.</p> <p>Conhecimentos do Programa SPSS.</p>
01 de Maio 2013	<p>Jornadas de Prevenção CPCJ do Entroncamento Formação</p> <p>Sensibilização para o tema “Por uma sexualidade Responsável”</p> <p>Consciencialização para o tema “Os Filhos da Violência”</p>
18 de Maio 2011	<p>IV Seminário Novas Oportunidades - O Desafio da Aprendizagem ao Longo da Vida Formação</p> <p>ISLA- Santarém</p> <p>O trabalho em Rede;</p> <p>A Orientação e o Projeto Profissional pelos Centros;</p> <p>O Reconhecimento da Ação.</p>
14 de Maio 2010	<p>Autoavaliação de Centros de Novas Oportunidades Formação</p> <p>Universidade Católica Portuguesa</p> <p>Estrutura Comum de Avaliação - Modelo CAF.</p> <p>Os 10 passos para a Autoavaliação</p>
01 de Agosto 2009 – 19 de Agosto 2009	<p>Formação Pedagógica Inicial de Formadores Formadora</p> <p>Escalada Académica, Torres Novas</p> <p>Métodos e Técnicas Pedagógicas</p>
06 de Novembro 2008 06 de Dezembro 2008	<p>Formação Profissional - Vendedora Vendedora</p> <p>ZARA, Inditex</p> <p>Regas de atendimento ao público</p> <p>Conhecimento do Produto</p> <p>Dinamismo, capacidade de relacionamento e de trabalho.</p>

09 de Outubro 2007 Projeto de Investigação Investigação

Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS), Lisboa
 “Projeção Endogrupal Fria e Quente: Fontes diferentes de Prototipicidade Endogrupal em Relações Intergrupais Seguras e Inseguras”

01 de Agosto 2004 Curso de Nível II Informática na ótica do Utilizador 18 Valores
 10 de Setembro 2004

Instituto Português da Juventude (Programa Geração Millénium 3.0)
 Domínio dos programas Microsoft Office Word; Microsoft Office Excel; Microsoft Office PowerPoint; Microsoft Office Outlook e Internet Explorer

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
Francês	B2	B2	B2	B2	B2

Níveis: A1/A2: Utilizador básico - B1/B2: utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado

[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

Competências de comunicação Boa capacidade de comunicação adquirida na minha experiência formativa e na experiência profissional, enquanto vendedora na empresa ZARA. Capacidade de adaptação a ambientes multiculturais, adquirida na licenciatura e mestrado, assim como na experiência de voluntariado na Associação Abraço.

Competências de organização Capacidade de Gestão e Organização, em experiência em serviços administrativos, em regime de voluntariado na Associação ABRAÇO. Experiência como moderadora, em Seminários de Sociologia do Direito, ISCTE.

Competências técnicas Implementação de processos de qualidade, pela participação na introdução do modelo CAF no Centro de Novas Oportunidades Gustave Eiffel
 Domínio do Programa SPSS, apreendido na faculdade.

Competências informáticas Informática na ótica do utilizador
 Conhecimento Quadros Interativos